

REVISTA DO MINIC



PREFÁCIO

A abertura da III Conferência Nacional de Cultura (III CNC) aconteceu numa noite de quarta-feira (27 de novembro), no Teatro Nacional, em Brasília. Na solenidade, discursaram a ministra da Cultura, Marta Suplicy, a presidenta da Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados, deputada federal Jandira Feghali, e, representando a sociedade civil, Davy Alexandrisky, membro do Plenário do Conselho Nacional de Políticas Culturais - CNPC, da Comissão Organizadora Nacional e do Comitê Executivo Nacional da III CNC.

Nos dias seguintes, 28, 29, 30 de novembro e 1º de dezembro aconteceram debates, programação cultural e a III CNC chegou ao seu ápice com as votações de 64 diretrizes e 20 prioridades.

Na série histórica, esta foi a conferência mais representativa do setor. Ao todo, desde junho, 450 mil pessoas participaram do seu processo, envolvidos desde pequenos municípios até as capitais, passando por todas as unidades da federação. Também se deu a ampliação da participação da sociedade civil, com representação de cerca dos 70% dos delegados com direito a voto.

Nos números finais registra-se uma participação em Brasília de 1.745 pessoas, entre delegados, convidados, observadores e profissionais que trabalharam no evento e na cobertura jornalística.

Esta Revista do MinC é dedicada a contar como aconteceu a III CNC, pelo olhar dos organizadores e dos participantes.

É uma fotografia do momento, das ideias expostas e, sobretudo, traz os resultados de intenso e rico debate, cujo tema central foi a implantação do Sistema Nacional de Cultura (SNC), que, hoje, está valendo em todos os estados e mais de 2.100 municípios.

Boa leitura!

ÍNDICE



ÍNDICE POR REGIÃO	6
DISCURSO DA MINISTRA	8
PRÉ-CONFERÊNCIA MOVIMENTA O PAÍS	12
III CNC COMEÇA COM DEBATE SOBRE DEMOCRACIA E METAS DO PNC	13
ENCONTRO VALORIZA PARTICIPAÇÃO DOS DELEGADOS	14
PLENÁRIA NACIONAL DEFINE 64 DIRETRIZES E 20 PRIORIDADES	15
III CNC EM NÚMEROS	16
DIVERSIDADE MARCA APRESENTAÇÕES CULTURAIS	17
SISTEMA NACIONAL DE CULTURA CHEGA A TODOS ESTADOS	18
RESULTADOS: PLENÁRIA FINAL	48
ÍNTEGRA DAS PROPOSTAS APROVADAS	52
VEM AI O ENCONTRO CULTURAL DA JUVENTUDE	68
MINC PROMOVE CONFERÊNCIA VIRTUAL E ATINGE 16 MILHÕES DE INTERNAUTAS	70

EXPEDIENTE (3ª edição / Brasília, dezembro de 2013)

REDAÇÃO: Ananda Figueiredo, Esther Caldas, Gabriela Campos, Jéssica Prado, Luciana Justiniano, Renato Pena

EDIÇÃO: Montserrat Bevilaqua

MÍDIAS SOCIAIS: Diego Barreto, Gustavo Xavier

FOTOS: André Coutto, Diego Barreto, Elisabete Alves, Luciana Justiniano, Pedro Matos, Tássio

REVISÃO: Marília Goulart, Pedro Ortale, Rafael Oliveira

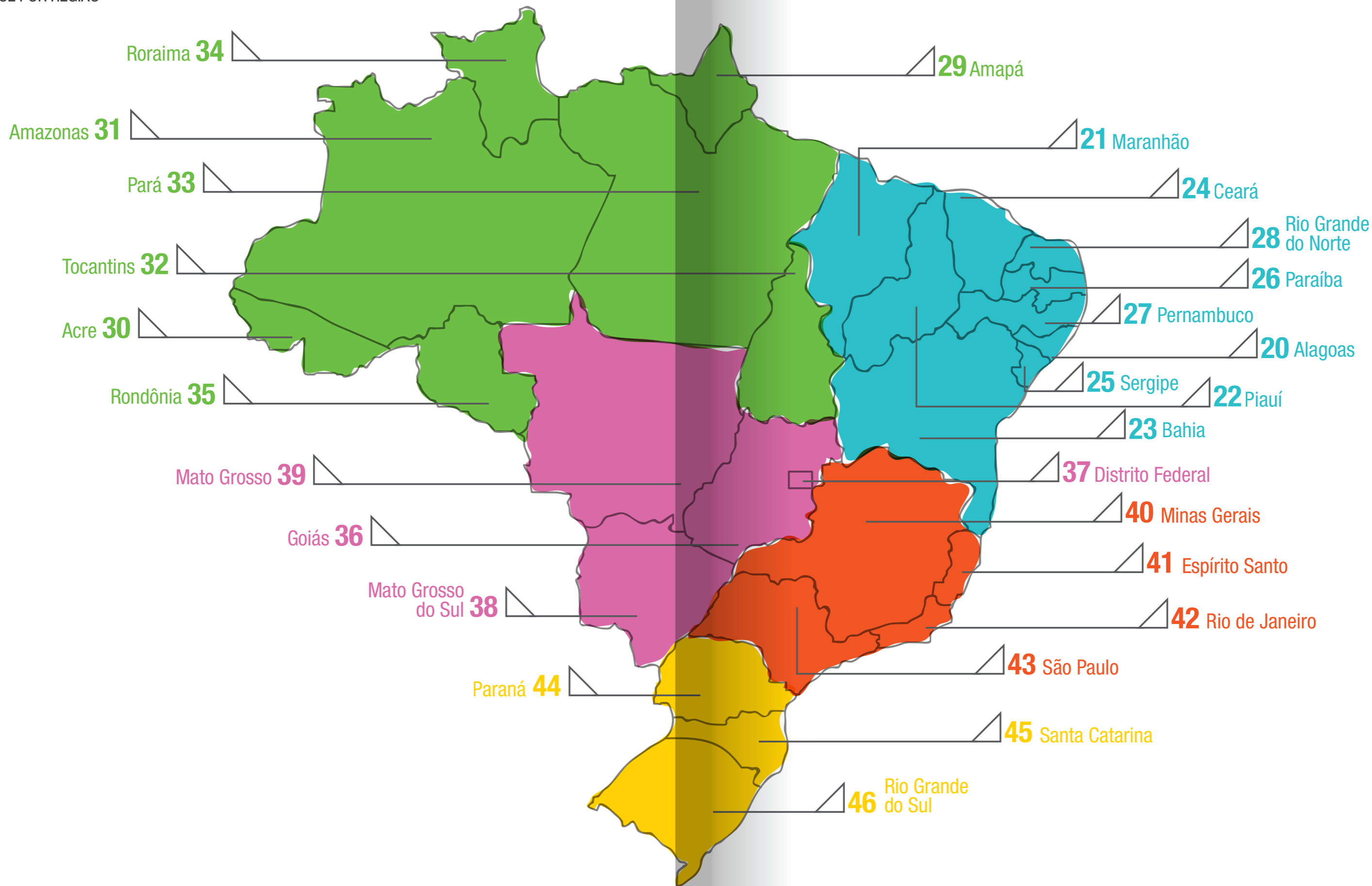
DIAGRAMAÇÃO: Julia Oga, Marina Ofugi

PROJETO GRÁFICO: Julia Oga

CAPA: Elisabete Alves

acompanhe mais informações em cultura.gov.br

ÍNDICE POR REGIÃO



DISCURSO DA MINISTRA MARTA SUPLICY*

Os números mostram a grandeza desta Conferência!

Toda a estrutura do Ministério da Cultura (MinC) está aqui.

Foram 450 mil pessoas participando das Conferências Municipais, Intermunicipais, Territoriais, Regionais, Estaduais e Livres. É o dobro de participantes em relação a 2010 (200 mil).

Agradeço a participação e a contribuição de todos e também aos que ajudaram a organizar este momento!

Temos como norte 53 metas no Plano Nacional de Cultura. Miramos resultados a serem conquistados até o ano de 2020, mas, muito antes disso, atingiremos boa parte delas. Em 2014, 10, algumas bastante difíceis, já estarão conquistadas.

Esta é também uma ocasião em que o Ministério presta contas. Quando entrei, percebemos que teríamos dois anos pela frente para trabalhar ações estruturantes, dentre elas a aprovação de leis no Congresso Nacional, algumas pendentes havia até oito anos.

Aprovamos as leis e agradeço novamente à Comissão e à Frente Parlamentar da Cultura. Foram fundamentais para que, juntos, pudéssemos atuar por isto! E também agradeço a sensibilidade de senadores e de deputados para a questão da cultura – nos deu novo alento pois, sem ter as leis que estruturam o setor, você pode fazer, mas não deixa um legado para a cultura. E, agora, temos o Sistema Nacional de Cultura, que aprovei como relatora no último dia como senadora e seguimos vento em popa na implantação.

Ainda como norte, tiramos incluir o máximo de pessoas para usufruir de cultura. E trabalhamos para criar possibilidades de acesso a recursos para os que têm menos, visando que também produzam cultura (editais para produtores e criadores negros, para os ciganos, para a Amazônia, prêmio cultura indígena, a ação do Brasil para o Tratado de Marrakesh). Em resumo, inclusão social na cultura.

A grande marca da gestão é o Vale-Cultura! O potencial é atingir 42 milhões de trabalhadores. Sabemos que serão anos para esta conquista mas o primeiro passo está dado e vai mudar completamente o país! Vamos fazer uma revolução porque as pessoas que ganham até cinco salários mínimos vão poder ter um cartão de crédito para gastar em cultura, desde que sua empresa faça adesão ao programa.

Também quero falar da Copa do Mundo no Brasil. Estamos trabalhando para mostrar ao

mundo e a nós mesmos a nossa diversidade. Quem nasce em São Paulo não conhece a música do Pará e vice-versa. O Brasil se conhece muito pouco! Vamos nos apropriar da nossa cultura, e também mostrar para fora que somos muito bons de futebol, samba, Carnaval, porém, temos muito além do que isto para mostrar! Conto que tivemos um aporte da Petrobrás, de R\$ 20 milhões, para nossos museus e vamos usá-lo nas cidades-sede da Copa, ou pertinho da Copa.

E vou falar uma coisa que é do coração: fico muito feliz porque recebemos várias emendas parlamentares (Câmara dos Deputados/Senado) para o nosso Museu Afro. Agradeço em especial os esforços dos deputados federais Edson Santos e Jandira Feghali. Temos um terreno – doado pelo Governo do Distrito Federal – da época que Nelson Mandela visitou o Brasil (agosto de 1991). Lá, vamos erguer o Museu Afro que vai contar “a história não contada”. Vamos usar tecnologia de ponta, interatividade e digitalizar todos os acervos de museus afros. Teremos pesquisas à disposição do público e vai ser um centro de pesquisas, também, com toda documentação do período da escravidão.

Vamos ter que falar da dor; numa arquitetura excepcional e muito diferente (vamos abrir um concurso de arquitetura). Queremos mostrar exatamente o fluxo do tráfico de escravos. Em todos os séculos em que tivemos escravidão, dos 10 milhões dos escravos que saíram da África, cinco milhões vieram para o Brasil. Para os Estados Unidos foram menos de 1 milhão. Então, as lutas de libertação nos Estados Unidos são completamente diferentes das que aconteceram aqui, e os resultados a gente percebe também que foram diferentes. Somos um povo cuja identidade é de raiz negra!

Nosso museu também vai falar do processo civilizatório brasileiro, que é de construção negra. Portugal não deixava que o Brasil se desenvolvesse em muitas áreas. Era tudo importado da Inglaterra porque éramos colônia. Foram os negros, nas grandes fazendas, que conheciam tear e desenvolveram o processo de fabricação de tecidos. A forja também. A Fundação Rui Barbosa trabalhou com os maiores e melhores historiadores sobre a escravidão e já temos a história que vai ser contada.

Como disse Joaquim Nabuco: “em primeiro lugar, a raça negra nos deu um povo; em segundo lugar, construiu o nosso país”.

Quero falar dos CEUs das Artes e Esportes Unificados. Estão sendo construídos 360. São espaços de formação artística e descoberta de talentos. Há editais abertos para sua ocupação e é importante que os grupos de cultura participem e ofereçam projetos.

Também quero destacar os Pontos de Cultura. Estamos investindo no Programa Cultura Viva nos 26 estados e Distrito Federal, com parcerias junto a municípios e governos

dos estados. Após 10 anos de implantação, temos mais de 3 mil pontos, reconhecidos e articulados em uma grande rede que agrega cerca de 5 mil iniciativas premiadas no campo da cidadania e da diversidade. Estamos apoiando a internacionalização desse programa. Os chefes de Estado e de Governo dos países ibero-americanos aprovaram em outubro, durante a 23ª Cúpula, no Panamá, a criação do Programa Ibero-Cultura Viva. O objetivo é a promoção de intercâmbios e troca de experiências entre os Pontos de Cultura que já foram criados em diversos países, todos inspirados no programa brasileiro.

PAC! Nós temos PAC das Cidades Históricas! Investimento de R\$ 1,6 bilhão, em três anos, para a recuperação de patrimônio em 44 cidades.

A respeito do marco civil da internet: temos trabalhado e vamos seguir brigando para aprovar uma internet neutra, com proteção ao usuário e à sua privacidade, por um preço razoável.

Pra encerrar, quero dizer a vocês que no começo de 2014 vamos promover o Encontro da Juventude, com representantes de diversas entidades e movimentos, especialmente os de jovens da periferia. E esta Conferência dará espaço para uma oficina em que vamos começar a elaboração desse encontro. A juventude produz muito, mas não acessa todos os recursos que pode. Queremos que produza mais e melhor! Vamos pensar sobre isto desde já! Vamos potencializar todo o talento da juventude brasileira! Conto com vocês!

Boa Conferência!

*Marta Suplicy
Ministra da Cultura*

** Síntese do discurso. Edição revisada pela ministra*



Pré-Conferência movimentou o país

A III Conferência Nacional de Cultura (III CNC) aconteceu entre 27 de novembro e 1º de dezembro, em Brasília, mas, antes disso, sociedade civil e integrantes das três esferas de governo (municípios, estados e União) construíram propostas em encontros desde pequenas cidades passando por capitais até uma série de debates estaduais. Foi uma ação que mobilizou o país: 450 mil pessoas – um recorde em participação nos debates da cultura.

Até 14 de julho teve a etapa municipal ou intermunicipal. E até o início de setembro o foco foi realizar a etapa regional ou territorial. Com mais um passo concluído, até meados de setembro, aconteceu a etapa estadual/distrital, quando chegou-se ao número de delegados e de propostas que viriam para Brasília. Também houve a realização de 35 Conferências Livres, o que contribuiu para a diversificação e equilíbrio das proposições. Ao todo, foram 1.409 propostas encaminhadas pelos estados, Distrito Federal e Conferências Livres, para avaliação do Comitê Executivo da III CNC.

Para todos os participantes desse processo, o que se estabeleceu como proposta da III CNC foi tirar estratégias de aprimoramento da articulação e cooperação institucional entre os entes federativos e destes com a sociedade civil, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais visando dinamizar os sistemas de participação e controle social na gestão das políticas públicas para implementação e consolidação dos Sistemas Nacional, Estaduais/Distrito Federal, Municipais e Setoriais de Cultura.

Propostas - O processo de consolidação de todos os relatórios das etapas preparatórias agrupou reivindicações coincidentes e resultou em nova redação por parte do Comitê Executivo da III CNC, com 614 proposições. E essas propostas foram cadastradas em 16 subeixos regimentais - quatro eixos de discussão (implementação do Sistema Nacional de Cultura; produção simbólica e diversidade cultural; cidadania e direitos culturais; e cultura como desenvolvimento sustentável). E depois disso ainda se fez, poucos dias antes do encontro nacional, uma Conferência Virtual - fórum de debates prévios à Plenária Nacional.

Prioridades – Do agrupamento das propostas foi possível verificar os temas de mais relevância nas discussões que aconteceriam na III CNC: a reivindicação de 14 estados e sete Conferências Livres pela aprovação da Proposta de Emenda Constitucional nº 150, que destina à cultura 2% da receita da União, 1,5% da receita dos Estados e do Distrito Federal e 1% da receita dos Municípios para a cultura. Outra proposição com grande número de citações – 12 unidades federativas definiram como prioridade – ficou relacionada ao subeixo sobre a qualificação da gestão em cultura. Aborda o desenvolvimento, fortalecimento e ampliação de estratégias para a formação e capacitação de gestores.

No subeixo sobre diversidade cultural, acessibilidade e tecnologias sociais, 14 propostas resultaram na reivindicação consolidada que cobra a implementação de políticas de acesso de pessoas com deficiência à produção, circulação e fruição de bens e serviços culturais em todos os estados do Brasil.

Foi esse conjunto de ações e orientações para os debates que possibilitou, além da ampla participação na III CNC, a definição do setor de uma agenda da cultura para o país, 64 diretrizes e 20 prioridades, votadas no último dia do encontro (confira na página 48).

III CNC começa com debate sobre democracia e metas do PNC

O primeiro dia da III Conferência Nacional de Cultura (III CNC), 28 de dezembro, foi marcado pelo debate sobre “Os desafios do Sistema Nacional de Cultura (SNC)”. Reuniu 1,5 mil participantes e a mesa principal trouxe o ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, que destacou, para a democracia, a importância da realização de conferências com a participação da sociedade civil.

Carvalho explicou que até 2002 aconteceram apenas 27 conferências no Brasil, e foram 87, de 2003 até 2013. Ao final de 2014 serão 111. Para ele foram ultrapassados os limites da democracia formal, dando espaço e voz aos setores populares. O secretário de Políticas Culturais do MinC, Américo Córdula, apresentou um balanço do Plano Nacional de Cultura (PNC), que começou a ser construído em 2005, com a realização da I Conferência e se tornou lei em 2010.

O PNC prevê 53 metas a serem cumpridas até 2020; 274 ações, 14 diretrizes e 36 estratégias.

O secretário também apresentou a plataforma de monitoramento do Plano (www.pnc.culturadigital.br), sítio em que é possível acompanhar o andamento de cada uma das proposições.

Até 2014, dez das 53 metas terão sido atingidas, o que representa 19% do total. Em seu pronunciamento, o secretário interino da Secretaria de Articulação Institucional (SAI) do Ministério da Cultura (MinC), Bernardo Novaes da Mata Machado, abordou a questão do financiamento da cultura.

Regulamento

Pela manhã, a Plenária Nacional se reuniu para definir o regulamento da III CNC. Decidiu sobre a metodologia de mediação das votações das propostas. Foi aprovado o método de votação em que cada delegado definiu, por meio de votação simples, as cinco proposições de cada eixo temático prioritários da III CNC. Outra Definiu-se que moções teriam de ter pelo menos 50 assinaturas.



Encontro valoriza participação dos delegados

O primeiro dia de debates em grupos temáticos, 29 de novembro, envolveu perto de 1,5 mil participantes. O modelo de mediação das discussões privilegiou a participação de delegados e teve apenas um painel de seminário. A estrutura de Grupos de Trabalho (GT) agradou os conferencistas: um “caminho sem volta”, “espetáculo participativo”.

A metodologia foi aprovada na Plenária Nacional, um dia antes (28). Em resumo: restringiu a programação de seminários e de expositores – comuns em conferências –, reservando dois dias para as discussões em GTs, para cada um dos 16 subeixos, no primeiro dia, e para os quatro eixos temáticos no sábado, quando foram definidas as 64 diretrizes para as políticas públicas culturais. A Plenária Final, no domingo pela manhã, foi espaço para a votação das 20 proposições prioritárias, indicação para os gestores do setor.

Essa metodologia foi proposta pelo Comitê Executivo da III CNC. Davy Alexandrisky, conselheiro Nacional de Políticas Culturais, representante da sociedade civil e delegado nato dessa Conferência, além de defensor da proposição, comemorou os resultados. “Ganhamos tempo para estabelecer um consenso e privilegiamos as discussões, ponto que o modelo antigo não abrangia. Chegamos à Plenária Final com uma redação mais afinada e alinhada”, disse o conselheiro, observando este ser um “caminho sem volta” na elaboração de uma organização de conferência.

Para Davy, o processo ainda serviu para recuperar as discussões das etapas anteriores da Conferência. Estados e Municípios ainda utilizaram da metodologia antiga de discussões, após apresentações de painéis. “Aperfeiçoamos esse material que chegou à etapa nacional”, concluiu.

André Dutra, delegado do Paraná, representante de governo, ator e funcionário público da Secretaria de Cultura de Cascavel, também aprovou o novo modelo. “Não há dúvidas que o método foi mais produtivo. Percebeu-se a fluência das discussões que, nos seminários, podem gerar diversas situações incômodas, com microfones abertos, e avançamos muito nas adequações das propostas iniciais”, disse Dutra.



Plenária Nacional define 64 diretrizes e 20 prioridades

A Plenária Nacional da III Conferência Nacional de Cultura (III CNC) - dia do encerramento (1º de dezembro) - definiu 64 diretrizes para os próximos anos e destacou 20 delas como prioridade. Havia 953 delegados, e 804 foram votantes. Entre os destaques dessa votação de encerramento ficaram o pedido de aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 150; a proposta que pede o fortalecimento das cadeias dos setores criativos, com intercâmbios - uma das cinco mais votadas, no eixo 4 das discussões; a proposição que pede a inclusão nos planos orçamentários da União, estados, DF e municípios de programas para desapropriação de imóveis ociosos - para que sejam aproveitados como equipamentos culturais.

Dentre as diretrizes definidas pela Plenária Nacional ainda figuraram a proposta de que seja garantido, pelo menos, 10% dos recursos do Fundo Social do Pré-Sal para a Cultura; o fortalecimento do Fundo Nacional de Cultura; aprovação da PEC 49/2007 e da PEC 236/2008 que estabelecem a Cultura como Direito Social na Constituição Federal; aprovação de Marco Regulatório das Comunicações no Brasil, o Marco Civil da Internet; ampliação das políticas de editais, de forma diversificada.

Museus - Representado pelo Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus (SBM), o setor de museus contou com a presença de 14 delegados (com direito a voz e voto), quatro convidados (com direito a voz) e 11 observadores, tendo a participação do grupo gerado resultados positivos para o campo museal.

Das 64 propostas aprovadas, 23 delas (36%) abrangem, beneficiam e fortalecem o setor, sendo que 12 propostas (18,7%) mencionam diretamente os museus ou pontos de memória em sua proposição. Das propostas priorizadas pelos delegados do Colegiado Setorial de Museus, oito propostas (40%) se encontram entre as 20 priorizadas pela plenária final. Veja na página 48 o quadro completo com as diretrizes e prioridades.

104 moções - A Plenária Nacional também aprovou 104 moções, todas aclamadas, sendo que cada manifestação contou com, ao menos, 50 assinaturas de delegados com direito a voto na Conferência. Uma ementa foi lida, durante a mesa de encerramento, com a síntese de todos esses apelos.

As moções refletiram a diversidade sociocultural, com apelos que vão desde ao pedido para se eleger o Saci Pererê como o mascote da Paralimpíada de 2016, no Rio de Janeiro, até a reivindicação mais citada pela Plenária, o pedido de aprovação, pelo Congresso Nacional, da PEC 150, que amplia a participação da Cultura, na distribuição do Produto Interno Bruto nacional.



III CNC em números

Participantes

953 delegados

162 convidados

391 observadores

239 profissionais (entre expositores, imprensa, organização)

1.745 no total

Por regiões



Resumo:

614 propostas das conferências municipais, estaduais e livres
16 subeixos com cerca de 40 propostas
4 plenárias para votação de propostas dos eixos
64 diretrizes tiradas para a gestão cultural
20 prioridades

Diversidade marca apresentações culturais

A programação cultural da III Conferência Nacional de Cultura (III CNC) acolheu todos os ritmos e estilos. A começar pela abertura, dia 27 de novembro, no Teatro Nacional, com shows da Orquestra de Metais Lyra Tatuí, no início da noite, e com encerramento da sambista Mart'nalia e do mestre de frevo Jorge Marinho.

O diretor e ator José Regino assinou a direção artística da cerimônia. O Grupo Mesa de Luz, formado por artistas plásticos brasilienses, apresentou performance audiovisual, captando e editando imagens e sons em tempo real, exibindo tudo num grande painel no palco da sala Villa Lobos.

No primeiro dia de trabalhos da Conferência, 28, o espaço para manifestações artísticas – montado no estacionamento do Brasil 21 – abrigou o espetáculo poético-musical do encantador de histórias, Emmanuel Marinho. Também teve uma apresentação da Camerata de Violões de Barro Alto, projeto sociocultural que reúne crianças entre 5 e 18 anos da pequena cidade de Goiás. O violonista Yamandu Costa foi a penúltima atração, com o show de lançamento do seu novo CD “Continente”. Fechando a programação, os conferencistas curtiram a Orquestra Só Mulheres, com um repertório eclético com frevo, bolero, salsa e samba.

No dia 29, a Tenda da Cidadania teve seis atrações. A primeira delas, o Surdodum, banda de percussão formada por músicos com deficiência auditiva. Em seguida, o primeiro grupo de rap indígena do Brasil, BRO MC'S, da aldeia Jaguapiru Bororó, próxima a Dourados, no Mato Grosso do Sul. Cris Pereira, Teresa Lopes e os grupos Adora Roda e Filhos de Dona Maria fizeram os últimos shows da noite, representando o samba de Brasília.

O grupo Tamnoá, formado por moradores das comunidades do Paranoá e Itapoã, no Distrito Federal, abriu a noite de encerramento da programação artística, dia 30. Iniciativa de um trabalho educacional realizado pela Organização Cultural e Ambiental Tambores do Paranoá com proposta de resgatar a cultura afrobrasileira por meio do maracatu, samba de coco, baque virado e ciranda. Em seguida, os Yawalapiti, que vivem na porção sul do Parque Indígena do Xingu, tomaram o palco em uma apresentação belíssima em cores e sons, ilustrada por imagens projetadas na tela instalada no fundo do palco. O final foi um show da rainha do tecnobrega Gaby Amarantos. A paraense apresentou alguns dos sucessos de seu disco “Treme”, que inclui u composições dela e outras como de Zezé de Camargo, Iara Rennó, Thalma de Freitas.



Sistema Nacional de Cultura chega a todos estados

Aproximadamente 2,1 mil municípios já confirmaram adesão

Este ano, 100% dos estados aderiram ao Sistema Nacional de Cultura (SNC), modelo de administração participativa, proposto pelo Ministério da Cultura (MinC) com o objetivo de tornar a gestão da cultura mais eficaz, planejada e com melhor uso dos recursos públicos. O SNC foi tema central da III Conferência Nacional de Cultura (III CNC).

Aprovado pelo Congresso Nacional em 2012, no momento da conferência o SNC já registrava a adesão de 26 estados e de 2.100 municípios, o que correspondia a 36% do total de cidades brasileiras. Minas Gerais, nos dias seguintes, completou o alcance de 100% dos estados.

Via de duas mãos

Para o secretário adjunto de Cultura do Estado do Rio Grande do Sul, Jéferson Assunção, o SNC é a melhor forma de trabalhar diante da diversidade cultural do Brasil. “A ideia é sair da visão fragmentada de cultura para uma mais sistêmica, integral”, afirmou. Ele acredita que o Sistema não pode ser visto como um duto de transferência de recursos apenas, mas como uma via de duas mãos, de troca no âmbito da política cultural.

O Rio Grande do Sul já aderiu ao SNC e teve seu sistema estadual criado por Lei em outubro deste ano. O Estado também enviou à Assembleia Legislativa o Projeto de Lei que cria o Plano Estadual de Cultura. Segundo Jéferson, a participação social na gestão da política cultural é tradição gaúcha.

“Temos o Gabinete Digital, um conjunto de ferramentas que possibilita a interação entre poder público e a sociedade. O Plano Estadual de Cultura, por exemplo, ficou em consulta no Gabinete para só depois ser consolidado”, explicou.

O “Diálogos Culturais” é outra iniciativa nesse sentido. Um evento anual, com ampla participação da sociedade para discutir as políticas públicas do setor, que acontece em nove regiões do Rio Grande do Sul. A Secretaria de Cultura do Estado, atendendo às demandas da população, tem focado na questão da infraestrutura cultural do Rio Grande do Sul, criando 160 Pontos de Cultura e modernizando 125 bibliotecas.

Ação federativa

Outro estado que aderiu ao Sistema e já tem Plano Estadual de Cultura é a Bahia. Para o secretário de Cultura, Albino Rubim, os sistemas efetivam, consolidam a Federação porque fazem com que as três instâncias de governo trabalhem em parceria.

A Lei Orgânica da Cultura na Bahia foi aprovada em 2011 e, além de criar o sistema estadual e o plano, modificou o Conselho Estadual de Cultura, que passou a ter 1/3 de seus membros representantes dos setores culturais, 1/3 com representantes dos territórios culturais e 1/3 de membros do poder público. Albino destacou ainda a criação do fórum dos dirigentes municipais de cultura, que discute várias possibilidades de cooperação e é financiado pela própria Secretaria do Estado.

Segundo o secretário, dentre as diretrizes para a cultura elencadas como prioridade para a Bahia consta a formação profissional que, inclusive, é reivindicação frequente nas conferências. Nesse sentido, o Governo do Estado tem investido na qualificação, com programas como o Qualicultura, que ensinou 2.400 pessoas a elaborar projetos para o setor. Além disso, a Secretaria de Cultura da Bahia entrou no Pronatec, oferecendo em 2013, 700 vagas em cursos profissionalizantes.

“Em 2014 serão 1.900 vagas, mais que o dobro. No Programa Trilhas, que não envolvia a cultura, formamos 500 jovens em cursos de arte e de cultura digital”, disse Albino.

Dos 14 cursos de museologia no País, dois estão na Bahia. “Conseguimos agora a pós-graduação desse curso, o que só existia no Rio e em São Paulo. Estamos em articulação constante com as universidades para criar novos cursos, tanto de graduação quanto de pós, voltados à cultura.”

A participação social foi fortalecida nessa gestão, segundo ele. Só nas etapas que antecederam a III CNC, 50 mil baianos participaram das 358 conferências municipais, 27 territoriais, 19 setoriais e a estadual.

"A conferência é perspectiva de melhorar as políticas públicas. É a chance de atrair novos recursos e fazer com que as propostas sejam cumpridas. Assim, o país sai beneficiado."

- Sônia Cristina Santos (Delegada)



Foto: Diego Barreto

ALAGOAS ADERE AO SNC E DEFENDE PROCULTURA

Mais de 60 propostas foram levadas pela delegação de Alagoas para a III Conferência Nacional de Cultura (III CNC).

Em agosto, na Conferência Estadual, os alagoanos definiram defender que o Projeto de Lei Nº 6.722, de 2010, que institui o Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura - Procultura, seja votado e venha corrigir distorções na distribuição dos recursos captados via renúncia fiscal. O Procultura é um projeto que tramita no Congresso Nacional e vem para substituir a Lei Rouanet, que atualmente rege a política de incentivos à cultura.

Da Conferência Estadual saiu também a proposição de criar e promulgar lei que institua o Sistema de Cultura de Alagoas. O Estado, durante a abertura de sua Conferência, assinou o Termo de Adesão ao Sistema Nacional de Cultura, que institui um processo de gestão e promoção conjunta das políticas públicas. Já inscrito no sistema, o novo desafio é conseguir a adesão de todos os 102 municípios alagoanos.



MARANHÃO VALORIZA MESTRES DA CULTURA POPULAR

O reconhecimento dos mestres da cultura brasileira por parte do poder público, com a implementação de prêmios, editais específicos, bolsas e benefícios sociais, foi destaque nas 51 propostas que a delegação do Maranhão levou para a III Conferência Nacional de Cultura (III CNC).

Reunidos em setembro, os 688 participantes da conferência estadual do Maranhão, representantes de 130 municípios, elegeram 46 delegados para participar da etapa nacional. Em Brasília, além de melhores condições para os mestres da cultura popular, a delegação defendeu que o poder público flexibilize as regras de participação dos editais e a prestação de contas para que os mestres participem dessas iniciativas sem a necessidade de possuir CNPJ.

Os maranhenses propõem ainda que o governo facilite e democratize o acesso aos editais e seleções públicas para contemplar diversos segmentos populares. Defendem, também, a criação de lei para proteger tanto os conhecimentos e as expressões culturais tradicionais como os direitos coletivos das populações autoras e detentoras desses conhecimentos.

"O Sistema Nacional de Cultura é um divisor de águas. Descentraliza as políticas culturais e prevê participação da sociedade civil. Lutamos por uma qualidade de vida melhor ao fazedor de cultura nato. E este ano estamos propondo uma nova visão: a do cidadão que faz cultura independente."

-Antônio Mariano de Lucena Filho
(Gestor Público de Imperatriz)



Foto: Divulgação

“A III CNC foi um momento rico, de grandes aprendizados e discussões. Falamos do financiamento para a cultura, mas mais do que isso sentimos, por parte do governo federal, comprometimento com as políticas públicas; proposta de continuidade nas ações. Também bastante interessante o intercâmbio com outras delegações.”



Foto: Divulgação

- Joana Maria de Oliveira Santos
(secretária municipal de Cultura de São João do Piauí)

PIAUI BUSCA FORMAÇÃO CONTINUADA

A delegação do Piauí centrou proposta em o artista de tradição oral ser reconhecido como agente formador, atuando em instituições de ensino.

A formação continuada de arte-educadores foi definida como prioridade na etapa estadual dos debates, encontro realizado em setembro deste ano.

A delegação defende pluralidade nas escolas públicas, com ênfase para cultura indígena, cigana, afrodescendente e manifestações populares.

Produção de literatura regional, além de estímulo à dramaturgia com programas de incentivo à leitura, de textos teatrais nas escolas públicas e privadas, centros culturais e bibliotecas.

O grupo enfatizou a participação de pessoas com deficiência na produção cultural e a instituição de núcleos de produção digital audiovisual e artes tecnológicas e de inovação. A meta 43 do Plano Nacional de Cultura (PNC) prevê a implantação desses espaços da chamada cultura digital.



BAHIA PROPÕE PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM CULTURA

A III Conferência Nacional de Cultura (III CNC) recebeu uma delegação da Bahia contando com 47 representantes da etapa estadual (66% eram da sociedade civil). Eles defenderam prioridade para 10 propostas, entre elas o desenvolvimento de um programa nacional de formação em cultura, prevendo garantias de recursos por parte da União, estados e municípios.

Para trazer essas propostas ao debate em Brasília, os baianos realizaram 358 conferências municipais; 27 encontros territoriais. Também 19 reuniões setoriais e ainda três caravanas simultâneas, durante 30 dias. Uma mobilização de 3,3 mil participantes.

Na 5ª Conferência Estadual, o Governo da Bahia considera ter alcançado dois grandes objetivos: ampliar e consolidar a participação social na construção das políticas culturais no estado; nortear a atuação da Secretaria de Cultura do Estado para os próximos anos, especialmente para implantação do Sistema Estadual de Cultura.

“Realizar esta conferência é ter a possibilidade de unir pequenas cidades às metrópoles. Eu, por exemplo, moro em Paulo Afonso. Lá, pela proximidade, temos influências culturais de Alagoas, Pernambuco e Sergipe. O baiano de Paulo Afonso tem uma cultura diferente do baiano da capital. Além disso, no meu caso, tenho indígenas e ciganos na formação familiar. Então, estar aqui é compartilhar um universo de culturas. Aqui a gente conhece o Brasil de uma vez só.”

- Maria Gorette Guedes (Delegada)



Foto: Digo Barreto

CEARÁ AMPLIA O PAPEL DOS CEUS COMO INDUTOR DE CULTURA

"Nós, cearenses, estamos felizes com o fomento já encaminhado e almejamos que a criação do Sistema Nacional de Cultura direcione recursos, de modo a atender, além da capital em toda a sua diversidade, também os municípios mais necessitados de apoio para desenvolver sua cultura."

- Leonildo Leal
(Delegado da Sociedade Civil)



Foto: André Coutto

Tornar os Centros de Artes e Esportes Unificados (CEUs) base para aplicação da política pública de Estado na área da cultura. Esta foi uma das discussões levantadas pelos 44 delegados do Ceará na III Conferência Nacional de Cultura (III CNC). No total, a delegação defendeu 16 propostas.

Outro ponto na pauta do Ceará foi a criação de mais um escritório de representação regional do Ministério da Cultura (MinC) no Nordeste, com foco para assessorar municípios do Ceará, Piauí e Maranhão.

Os mais de 500 participantes da Conferência Estadual do Ceará já haviam definido também o Programa Cultura Viva, do MinC, como política pública prioritária e pediram, além da manutenção de espaços existentes, a expansão da rede.



Foto: André Coutto



"O município de Laranjeiras é conhecido pelos sergipanos como o berço da cultura popular; e eu trouxe isso para a III CNC. Estou entusiasmado. Está crescendo o trabalho, principalmente com ações como o Mais Cultura nas Escolas."

- Mestre Zé Rolinha
(Mestre de Cultura Popular)

Promover as tradicionais festas juninas com apoio do poder público. Este foi o foco da participação da delegação de Sergipe na III Conferência Nacional de Cultura (III CNC).

Agentes culturais das diversas linguagens artísticas, produtores, gestores públicos e a sociedade civil reuniram-se em Aracaju, durante a II Conferência Estadual de Cultura, para traçar essa participação da delegação, em Brasília.

Justifica-se: todo o mês de junho, Sergipe vira um imenso arraial. Celebra os três santos: Santo Antônio, São João e São Pedro. Praticamente, todas as cidades armam um espetáculo de cores e sabores bem diversificado.

E o movimento das festas juninas é bom até para quem vive de artesanato. Renda irlandesa, cerâmica, cestaria, couro, madeira: diversas peças são produzidas no estado em técnicas transmitidas de geração a geração. É o que garante trabalho e sustento a uma grande parcela de sergipanos.



SERGIPE TRAZ TRADIÇÕES JUNINAS PARA A CONFERÊNCIA



PARAÍBA PRIORIZA AMPLIAÇÃO DE ADESÃO AO SNIIC

A delegação da Paraíba levou à III Conferência Nacional de Cultura (III CNC), 17 propostas para o setor cultural. Entre elas, a divulgação e a promoção do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC) – plataforma web criada pelo Ministério da Cultura (MinC) para reunir informações de órgãos públicos, privados e da própria sociedade civil.

Cerca de 400 pessoas, entre agentes do movimento cultural da Paraíba, gestores, artistas, parlamentares, comunicadores, produtores, agitadores e arte-educadores, participaram da Conferência Estadual. À III CNC vieram 35 delegados.

Durante essa etapa, foi montado um laboratório de informática exclusivo para o auxílio e o acompanhamento de agentes e gestores culturais interessados em se cadastrar no SNIIC. Os paraibanos querem ampliar significativamente os dados do Estado cadastrados no sistema.

“No ano da III Conferência Nacional de Cultura, em que também estamos comemorando três anos da aprovação do Plano Nacional de Cultura, a Paraíba está aqui para parabenizar e colocar suas reivindicações na pauta nacional. Um Brasil sem cultura, sem acessibilidade não é um povo com educação! Cultura e PEC 150 já! Tacacá: Patrimônio Cultural Imaterial”

*- Ednamay Cirilo Leite
(Delegada da Paraíba)*



Foto: André Coutto



PERNAMBUCO QUER PROTEÇÃO À DIVERSIDADE ÉTNICA E RACIAL

Pernambuco enviou 48 delegados, entre artistas, militantes da cultura e gestores públicos, para a III Conferência Nacional de Cultura (III CNC). A missão foi garantir direitos de cidadania, como na atenção para a diversidade étnica e racial na gestão cultural. Dentre as proposições, destaque para a diretriz que cobra a modernização dos espaços culturais.

A Conferência Estadual, em setembro, contou com 493 delegados. Debateram os quatro eixos temáticos centrais da III CNC: Implementação do Sistema Nacional de Cultura; produção simbólica e diversidade cultural; cultura e cidadania; e cultura e desenvolvimento.

Destaque foi a possibilidade de modernização de museus, teatros, bibliotecas, cinemas, cineclubes, arquivos, entre outros, para constituição de uma rede de equipamentos e espaços públicos para todas as áreas da cultura, em parceria com outras esferas do poder público estadual, Governo Federal e prefeituras, garantindo acessibilidade plena.

“Uma conferência como esta é de fundamental importância para o entrelaçamento do pensamento da sociedade civil, de quem produz, de quem faz a cultura acontecer. Se temos este espaço, precisamos ocupá-lo para que nossa voz seja ouvida e sejam executadas nossas propostas.”

*- Aelson Da Hora
(Presidente da Associação dos Bois Similares do Pernambuco;
titular do colegiado de culturas populares do CNPC)*



Foto: Pedro Matos



RN DESTACA FORTALECIMENTO DE REDE CRIATIVA

O Rio Grande do Norte priorizou o reconhecimento da produção regional na III Conferência Nacional de Cultura (III CNC). O Estado trouxe 21 delegados e entre suas propostas destacou fortalecer uma rede criativa, para atender a classe artística que desenvolve ações em núcleos tradicionais.

Na reunião de 84 municípios – um total de 300 participantes –, a Conferência Estadual de Cultura debateu os desafios das políticas públicas na gestão e desenvolvimento sustentável da cultura brasileira. Encaminharam defender que a produção artística passe a caminhar com suas próprias pernas e futuramente com menor dependência do Estado; também que se estabeleçam intercâmbios.

"Uma Política de Estado para a Cultura: Desafios do Sistema Nacional de Cultura (SNC)", tema escolhido para a III CNC, foi desdobrado nos debates sobre as políticas públicas federativas, a serem implantadas também em Estados e Municípios.

"Essa foi minha primeira vez na Conferência Nacional e fiquei bastante animado com o que vivenciei. Viemos buscar maior valorização, reconhecimento e cursos de formação profissional e técnica para fugirmos do amadorismo. Levo na bagagem para casa grande otimismo. Temos voz, temos vez e espaço para discutir nossas propostas e anseios."

- Ramon Rodney
(Presidente da Fundação Areia Branca de Cultura)



Foto: Tássio



Foto: Tássio

"Foi impactante vir à III CNC para aprofundar e nivelar conhecimentos e informações. Foi a oportunidade de a Região Norte se unir para fazer propostas. E foi uma grande confraternização".

- Raimundo Borges (Delegado)

Durante a III Conferência Nacional de Cultura (III CNC), entre as 64 diretrizes tiradas e as 20 priorizadas, o apoio ao Projeto de Emenda Constitucional (PEC) 150, que determina à União, estados e municípios destinarem de seus orçamentos 2%, 1,5%, e 0,5%, respectivamente, recebeu apoio de todas as delegações. Em especial, a do estado do Amapá.

O Amapá ocupa uma área de 142 mil km², mas tem apenas 16 cidades. E realizou debates em todas. Tiraram 17 delegados para a III CNC. E vieram para o encontro com foco em pedir aprovação da PEC 150.

O secretário de Estado da Cultura, Luiz Pingarilho, classificou a Conferência Estadual também como uma oportunidade de grande importância para discutir e definir como implantar o Sistema Estadual de Cultura, que fortalecerá a promoção cultural, e a criar o fundo de captação de recursos do Amapá.

AMAPÁ RESSALTA VOTAÇÃO DA PEC 150



"Moro numa aldeia e esta é minha primeira participação em conferência. Represento o Acre e os nove estados da Amazônia no colegiado de cultura indígena. Meu objetivo é trazer a diversidade e pluralidade da cultura brasileira, principalmente os costumes indígenas, e mostrar seus valores nas raízes do país. Cultura é vida e a história de uma comunidade."

- HaruKuntanawa



Foto: André Coutto

ACRE VISA MAIS CULTURA NAS FRONTEIRAS

Os delegados do Acre participaram da III Conferência Nacional de Cultura (III CNC) trazendo 16 propostas de políticas públicas para o setor.

O destaque foi criar mecanismos de fomento para contemplar, com recursos públicos federais, ações culturais nos municípios de fronteira.

Por sua característica geográfica, o estado mais ocidental do Brasil concentra a maior parte de seus municípios na região de divisa com a Bolívia e o Peru.

Quase 300 participantes que se reuniram em setembro, para a Conferência Estadual de Cultura, reivindicaram investimentos nessas áreas.

A etapa estadual contou com a participação de autoridades e representantes de todos os 22 municípios do Acre, de vários segmentos étnicos e culturais: indígenas, seringueiros, ribeirinhos, pescadores, afrodescendentes, entre outros. Dos 134 delegados presentes, 12 foram eleitos para participar do evento na capital do país.



DELEGADOS DO AMAZONAS VENCEM BARREIRAS

Vivendo na maior unidade federativa do Brasil, o Amazonas (1,5 milhão de km²), os ativistas da cultura precisaram superar questões geográficas, desafios de transporte e de comunicação para assegurar a participação dos municípios na definição das políticas estaduais. Das 62 cidades do estado, 22 foram à Conferência Estadual, em setembro. Lá, elegerem sete representantes à etapa nacional.

Valeu o esforço! A delegação do Amazonas trouxe 29 propostas voltadas ao desenvolvimento do setor. Priorizaram questões de gestão e incentivos para que todas as prefeituras tenham secretarias de Cultura. Elemento construtivo do Sistema Municipal de Cultura, a criação de secretarias municipais é ponto importante na integração com o Sistema Nacional de Cultura, tema central da III Conferência Nacional de Cultura (III CNC).

Também foi destaque na participação do Amazonas o pleito de mais editais públicos federais exclusivos para a região Norte e a criação de uma representação do Ministério da Cultura no Estado.



Foto: Tássio

"Participei da primeira Conferência Nacional de Cultura e percebo que há discussões desde aquela época, como a luta pela aprovação da PEC 150. Mas, esta é uma construção valiosa e que dá a noção do quanto ainda há para fazer na concretização das políticas públicas."

- Turenko Beça (Delegado)

TOCANTINS TRABALHA NA FORMULAÇÃO DE LEIS

Tocantins participou da III Conferência Nacional de Cultura (III CNC) com sete delegados. Já na etapa estadual, realizada em setembro, com cerca de 130 participantes, o foco era avançar na formulação do Plano Estadual de Cultura. Elaboraram minuta de lei.

Os delegados também discutiram o Sistema Estadual de Cultura, em forma de lei. E definiram proposta que contribuirá para a revisão quadrienal do Plano Nacional de Cultura, prevista para o próximo ano.

Mais um ponto de interesse na pauta dos delegados foi o Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura (ProCultura).

A Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados aprovou, por unanimidade, no dia da abertura da III Conferência (27 novembro) o Projeto de Lei 1.139/2007, que cria ProCultura. De acordo com o relator da proposta, deputado federal Pedro Eugênio, o ProCultura torna mais igualitária a distribuição de verba para a cultura entre estados e municípios, como também aos produtores independentes ou de pequeno porte.

"Nessas conferências entendemos melhor o que é fazer cultura e conhecemos o que cada estado faz para melhorar as manifestações culturais. Na minha cidade, por exemplo, a nossa catira é diferente e mantida desde a forma original, porque não sofreu influência de outros lugares. Tocantins trouxe para a III CNC a exposição do artesanato feito do Capim Dourado."

- Hananias Vieira (delegado)



PARÁ CONTEMPLA REGIÕES ESTRATÉGICAS E MINORIAS

Regiões estratégicas foram contempladas, nas proposições do Estado para a Plenária Nacional

O Pará trouxe 28 delegados à III Conferência Nacional de Cultura (III CNC). Foram eleitos durante a Conferência Estadual do Pará, realizada em setembro com 434 participantes. O grupo teve o desafio de defender as propostas que servirão de base para construir o Plano Estadual de Cultura, e que serão enviadas ao Ministério da Cultura para subsidiar o Plano Nacional de Cultura.

Na etapa paraense, foram contempladas todas as regiões estratégicas, inclusive as minorias, com o objetivo de reunir ao máximo a diversidade cultural e interesses regionais, como a Matriz Africana Cultura Popular, Quilombola, indígena, entre outros. Os participantes apresentaram e aprovaram 16 propostas levadas à CNC.

"Estamos há alguns anos debatendo a integração nacional, o Sistema Nacional de Cultura. Nosso estado, por exemplo, busca trazer uma coesão a respeito da produção e gestão cultural. Além disso, buscamos força política para a nossa arte. Queremos mostrar para o Brasil o que é o Pará, nossa cultura e dança."

- Caio Mota
(Gestor Cultural da Rede Fora do Eixo – Delegado)





RORAIMENSES REIVINDICAM CULTURA NA TRÍPLICE FRONTEIRA

Garantir, por meio de acordos bilaterais, a circulação da produção cultural regional nos países fronteiriços, proporcionando a troca de experiências e a valorização da cultura da tríplice fronteira Brasil-Venezuela-Guiana. Essa é uma das propostas levadas pela delegação de Roraima para a III Conferência Nacional de Cultura (III CNC).

Os roraimenses elegeram quatro delegados, para representar os 15 municípios do estado, o menos populoso do Brasil, com pouco mais de 400 mil habitantes. A delegação trouxe 11 propostas, à etapa nacional, entre elas também garantir os investimentos dos Ministérios da Cultura (MinC) e da Educação em programas e projetos de criação, produção, difusão e qualificação dos gestores, produtores e fazedores culturais da região Amazônica.

MinC e MEC já tem parceria no programa Mais Cultura nas Escolas, que vai financiar a partir de 2014 cinco mil projetos culturais. As escolas contempladas receberão entre R\$ 20 mil e R\$ 22 mil para investir em teatro, música, dança, circo, artes visuais, cultura indígena, cultura afro-brasileira, além de atividades externas, como visitas a museus.

"Todos os municípios do nosso estado já aderiram ao Sistema Nacional de Cultura. Vejo a evolução nas políticas culturais desde a 1ª Conferência. Muitas propostas já colocadas em prática, o que foi um desenvolvimento para Roraima também. Tivemos, por exemplo, a implantação do programa Cultura Viva, uma grande conquista."

- Nonato Chacon (Delegado)



RONDÔNIA QUER DESBUROCRATIZAR FINANCIAMENTOS

Os delegados de Rondônia participaram da III Conferência Nacional de Cultura (III CNC) com 18 propostas. Entre elas, a ampliação da quantidade de editais específicos para o norte do país e para a Amazônia, reivindicação comum entre os estados da região.

Os rondonenses pleitearam ainda a desburocratização desses editais, para aumentar a participação de municípios menores nesses processos. A criação de um selo para os produtos gerados por artistas do Estado de Rondônia e da Amazônia, o selo verde, também é uma ideia apresentada na etapa nacional. Uma das metas do Plano Nacional de Cultura (PNC) do Ministério da Cultura (MinC) é justamente a que trata da capilarização dos recursos federais, ou seja, ter, em cada região do Brasil, mais cidades que produzam ou recebam atividades artísticas e culturais financiadas com recursos públicos federais.

O SNC, instituído por Lei em 2012, estabelece diretrizes de incentivo à cultura, de maneira descentralizada e em regime de colaboração com estados, municípios e sociedade civil.

"É a minha terceira participação na Conferência Nacional: a primeira foi como observador, a segunda como delegado e agora como membro do colegiado. As duas últimas conferências foram voltadas para a construção de uma política e, enfim, chegamos à fase de aprovação para a prática. A qualidade das discussões foi muito boa e volto para casa satisfeito."

- Ronaldo Nina (Presidente do Fotoclube de Rondônia)



GOIÁS DEBATE PRODUÇÃO ARTÍSTICA EM ESPAÇOS PÚBLICOS

Goiás participou da III Conferência Nacional de Cultura (III CNC) visando “promover uma experiência pedagógica inovadora, como realização de aulas-espetáculos e rodas literárias, com expressões da cultura, além de desenvolver projetos vinculados à educação pública que atendam as expressões artísticas e culturais”. Para tanto, valorizou investimentos nos Centros de Artes e Esportes Unificados (CEUs) e Pontos de Cultura. No total, os goianos trouxeram para o debate 32 propostas, frutos de debates que promoveram em 47 municípios.

Além das proposições encaminhadas à Plenária Nacional, os delegados também aproveitaram a reunião colegiada em outubro para aprovar o Plano Estadual de Cultura. Debatido por mais de dois anos, o plano foi revisado durante o encontro, quando teve seus tópicos e metas atualizados. Ainda será aprovado pela Assembleia Legislativa goiana, para virar lei.



“Quero que as nossas manifestações culturais fiquem mais conhecidas, pois precisamos de mais apoio. Minha comunidade tem quatro mil negros, que vivem de um modo todo especial, preparando raízes, danças e tem outros costumes.”

- Natalina dos Santos Rosa
(Líder da comunidade Kalungas Vão de Almas)



DF PRIORIZA QUALIFICAR GESTORES E CONSELHEIROS

O Distrito Federal teve 10 delegados para defender as propostas da etapa distrital da III Conferência Nacional de Cultura (III CNC). Essa delegação destacou em sua participação a necessidade de qualificar e formar gestores e conselheiros culturais- eixo temático de implementação do Sistema Nacional de Cultura. No total, os brasilienses encaminharam 29 propostas à Plenária Nacional.

Além da formação de gestores, outro ponto forte na atuação da delegação do DF foi pela expansão do Programa Cultura Viva no atendimento às localidades mais distantes do centro de Brasília. Pediram a criação e fortalecimento dos complexos culturais e Pontos de Cultura, de forma descentralizada, contemplando as diversas linguagens artístico-culturais.

“A conferência é importante porque é um momento de valorizar a nossa cultura e o artesanato que fazemos. Isso a gente faz com prazer. Então, não é só para falar das problemáticas do estado, mas também para mostrar e compartilhar belezas.”

- Davina Bento
(Observadora)





MATO GROSSO DO SUL ESTUDA ESPAÇOS DE CULTURA DESDE OS MENORES MUNICÍPIOS

Os representantes do Mato Grosso do Sul reivindicaram na III Conferência Nacional de Cultura (III CNC), além da aprovação da PEC 150 (destinação de recursos à cultura), que tanto os municípios menores quanto comunidades tradicionais tenham locais específicos para a criação, difusão e ensino das diversas linguagens artísticas, com equipamentos culturais, auditórios para exibição de filmes e apresentações cênicas e musicais, salão de exposição e salas de oficinas artísticas.

A criação de programas de valorização e preservação do patrimônio cultural, apoiando a difusão de grupos artísticos e culturais indígenas, de comunidades tradicionais, fronteiriças, quilombolas e ribeirinhas, foi outra proposta da delegação.

Reunidos em setembro na Conferência Estadual, 178 participantes elegeram dez delegados para levar à capital federal 16 propostas de políticas públicas para a cultura, resultantes também de Conferências Municipais realizadas em 61 Municípios do Estado.

“O que mais gostei nesta III CNC foi a parte dos debates. Em todo o processo, aliás. Vimos propostas chegando desde municípios bem pequenos até aquele momento em que a gente se situou junto a outros estados. Vimos ideias crescerem; ganhar força! Isso foi o melhor. Fomos ouvidos!”

- Professor PH, Paulo Henrique Breda Santos
(Delegado da Sociedade Civil de Bonito)



MATO GROSSO AMPLIA ARTICULAÇÃO PARA LEVAR SNC A TODOS MUNICÍPIOS

No Mato Grosso, desde maio, foram realizadas 27 conferências, sendo 20 municipais e sete intermunicipais. Para a III Conferência Nacional de Cultura (III CNC), foram enviados 13 delegados. Os encontros no estado refletiram na criação da Secretaria Municipal de Cultura de Rondonópolis, em agosto. Além disso, os municípios de Sorriso, Pontes e Lacerda, Nova Xavantina, Nova Mutum, Campo Novo do Parecis e Vera aprovaram leis que criam o Sistema Municipal de Cultura, seguindo os princípios constitucionais do Sistema Nacional de Cultura (SNC).

Em novembro, o Mato Grosso já contava com 76 de seus 141 municípios tendo aderido ao acordo de cooperação federativa para compor o SNC. A partir da adesão, as prefeituras assumiram compromisso de implantação do sistema, com a constituição de conselhos, formulação de planos de cultura e criação de fundos municipais.

Com esse engajamento a delegação de Mato Grosso fez uma participação muito ativa na III Conferência Nacional. Listou proposições para os quatro eixos de discussões da Plenária Nacional (implantação do SNC; produção simbólica e diversidade cultural; cidadania e direitos culturais; e cultura como desenvolvimento sustentável).

“Meu objetivo como delegado e porta-voz do meu estado é defender as 16 propostas prioritárias aprovadas durante a conferência estadual.”

- César Guollo
(Delegado)





MINAS PEDE MAIS FOMENTO À CULTURA POPULAR

Minas Gerais chegou à III Conferência Nacional de Cultura (III CNC) com uma delegação de 37 representantes, sendo 25 da sociedade civil e 12 do poder público. Trouxeram um documento consolidado a partir da síntese de sete mil propostas encaminhadas pelo interior e discussões de grupos de trabalho.

Das ações que destacaram estava a ampliação de mecanismos de fomento, atenção à cultura popular e à diversidade cultural, além da reavaliação de marcos legais.

Na Meta 18 do Plano Nacional de Cultura defenderam alterar de 15 mil para 30 mil o número de beneficiados, por ano, em cursos, oficinas, fóruns e seminários com conteúdo de gestão cultural, linguagens artísticas, patrimônio cultural e demais áreas da cultura.

“Nós, mineiros, queremos ver nossas obras de arte recuperadas e mostrá-las àqueles que não tiveram a oportunidade de conhecer. Ouro Preto, por exemplo. Queremos que as pessoas possam conhecê-lo com cheirinho de novo. Cultura é tudo!”

- *Fabício Santos*
(Presidente da Delegação Mineira – entidade Aqua)



A missão dos sete delegados do Espírito Santo na III Conferência Nacional de Cultura (III CNC) foi levar aos demais participantes propostas como o aumento dos investimentos financeiros e operacionais para a instituição de fóruns permanentes nas esferas municipal, estadual, regional e federal. Em foco: promover um ambiente de discussões e avaliações das políticas públicas de cultura.

Os capixabas ainda apoiam a ampliação e a regulamentação do sistema de comunicação do Espírito Santo, além da criação de rádios e TVs regionais em plataforma digital com conselhos de ampla participação da sociedade e vasta programação artístico-cultural dos municípios. Também querem garantir a extensão do acesso gratuito à internet em todas as comunidades rurais e urbanas do Estado.

A Conferência Estadual de Cultura do Espírito Santo foi realizada em outubro, com a participação de 120 pessoas, sendo 51 delegados eleitos nas conferências municipais e intermunicipais. Nesse encontro, elegeram os sete delegados à etapa nacional: três representantes da sociedade civil e dois do poder público.

“Dou muito valor a esta conferência! Reúne todas as culturas em um único lugar, e tem o objetivo de fortalecer as políticas públicas. Acredito que não depende só do Ministério da Cultura alcançar tudo que tem sido proposto, mas do governo em geral.”

- *Renato da Silva Filho*





DELEGAÇÃO VALORIZA PRODUÇÕES EM CIDADES DO INTERIOR

Quase 100 propostas foram trazidas pela delegação do Rio de Janeiro para a III Conferência Nacional de Cultura (III CNC). A etapa estadual envolveu 700 participantes de 76 municípios; foram eleitos 45 delegados. Essa delegação, em destaque, reivindicou a reestruturação da Lei Rouanet (ProCultura), visando que se torne mais abrangente e beneficie também pequenos e médios produtores de cultura de cidades do interior.

O grupo sugeriu que empresas que apoiam projetos pela Rouanet invistam pelo menos 70% dos recursos em projetos culturais para o interior, e que sejam abertos editais para a construção de teatros em municípios de pequeno porte (com populações de 20 mil a 50 mil habitantes).

O Projeto de Lei nº 6.722/2010, sobre a instituição do Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura (ProCultura), se aprovado pelo Congresso, pode corrigir distorções da lei atual. Um dos pontos é desconcentrar recursos. Atualmente, a região Sudeste fica com cerca de 80% dos investimentos para a cultura.

"Este é um momento em que colocamos nossas ansiedades para que o Poder Público, principalmente na esfera nacional, olhe para o interior. Nós, que viemos do interior, olhamos sempre para a questão territorial."

- Graça Dias
(Gestora pública em Barra Mansa)



SÃO PAULO ACELERA CONSOLIDAÇÃO DO SNC NO INTERIOR

Os paulistas trouxeram à III Conferência Nacional de Cultura (III CNC) propostas para acelerar o processo de regulamentação do Sistema Nacional de Cultura (SNC). A implantação do Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura - ProCultura, em substituição à Lei Rouanet, também foi tema destacado por essa delegação, com 46 representantes do estado.

A Conferência Estadual de Cultura de São Paulo foi realizada em setembro, com mil participantes. O encontro aprovou 24 diretrizes, a serem seguidas pelo estado, na gestão em cultura, além de outras 16 proposições, trazidas à Plenária Nacional.

O SNC foi destaque nas discussões, por ser o tema central da III CNC. Na prática, o sistema interliga agentes culturais e equipamentos de cultura, formando uma rede que receberá a atenção dos gestores do setor.

"É minha primeira conferência. Estou adorando trocar experiências com as outras delegações. Este encontro é uma mistura cultural rica, e que com certeza vai ajudar a melhorar e fortalecer as políticas públicas dos estados e municípios. Agora, precisamos implantar as ideias novas que serão acordadas aqui."

- Dirceu Barbosa
(Delegado)





PARANÁ APRESENTA PROPOSTA DE CURSOS

A Conferência Estadual do Paraná, realizada em setembro, refletiu a necessidade de implantação do Plano Estadual de Cultura, parte integrante do Sistema Nacional de Cultura (SNC). O evento, com 400 participantes, representou um marco na elaboração do caderno de metas para o setor. Definiu-se que 29 delegados representariam o Estado na III Conferência Nacional de Cultura (III CNC).

Para cumprir a Meta 1 do Plano Nacional de Cultura, cujo objetivo é ter o SNC institucionalizado e implementado, na Conferência Estadual foram discutidas propostas à Plenária Nacional como a criação de cursos profissionalizantes e superiores na área da cultura. Mais ainda: uma ação contemplada pelo Programa de Formação na Área de Cultura, também está inserido no SNC.

"Desejamos o engajamento estadual e municipal. Precisamos dessa união para o nosso plano estadual de cultura. Queremos implementar o projeto "Quebrar Paradigmas", focado na arte e contra a discriminação racial. Temos buscado a igualdade racial e cultural."

- Gesline Giovana Braga
(Antropóloga e Conselheira de Cultura do Estado do Paraná e Delegada)



SANTA CATARINA REFORÇA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA E PLANOS DE CULTURA

O Estado de Santa Catarina foi representado por 35 delegados na III Conferência Nacional de Cultura (III CNC). Eles defenderam 17 propostas definidas na etapa estadual de debates. Entre as proposições, os catarinenses visaram ampliar a capacitação de gestores para a implantação dos sistemas e planos municipais de cultura.

A Conferência Estadual, realizada em setembro, em Florianópolis, teve a presença de 514 participantes, vindos das 93 conferências municipais. As discussões com a participação da sociedade civil e governo já haviam se dado no tema da III CNC, "Uma política de Estado para a Cultura: Desafio do Sistema Nacional de Cultura", que serão as proposições para as políticas culturais da União, Estado e Municípios.

"É minha primeira conferência! Considero o evento um marco para a cultura brasileira, servindo como norte para elaborar as políticas públicas e ampliar o fortalecimento cultural."

- Sebastião Froes
(delegado representante do município de Iporã do Oeste, fronteira com a Argentina)



RIO GRANDE DO SUL ESTIMULA INTERIORIZAÇÃO DE DISCUSSÕES



O Rio Grande do Sul realizou, em outubro, a 4ª Conferência Estadual de Cultura. Escolheu Lajeado, cidade da Região dos Vales, para sediar o encontro que trouxe 28 delegados para discutir e fortalecer as propostas trazidas à Brasília, para a III Conferência Nacional de Cultura (III CNC). A prioridade que tiraram foi defender o envolvimento dos agentes culturais fora dos grandes centros urbanos – deram exemplo com a interiorização da sua conferência.

A proposição de "fortalecer o SNIIC (Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais) e estimular sua adequada utilização, para a integração dos diversos setores e coletivos culturais também teve forte engajamento.



"Na III CNC ficou muito evidente a beleza e diversidade cultural do país assim como a vontade de tanta gente em construir coletivamente e transformar a realidade. Foi de uma riqueza impressionante! Sugiro à organização revisar a memória dos encontros anteriores, avaliando pontos positivos e negativos para qualificar ainda mais a IV CNC."

- Joana Willadino
(Gestora Pública)



RESULTADOS: PLENÁRIA FINAL

804
VOTANTES

Todas as propostas aprovadas encontram-se na íntegra ao final do documento

EIXO 1 - IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE CULTURA

PROPOSTAS PRIORIZADAS:

ORDEM	PROPOSTA	VOTOS
1ª	1.11: PEC 150.	663
2ª	1.26. Fundo Social do Pré-Sal	540
3ª	1.1: Lei do SNC	524
4ª	1.14: Formação e Capacitação em Gestão Cultural	473
5ª	1.25. Fortalecimento do FNC: paridade com renúncia fiscal e fundo-a-fundo	376

DEMAIS PROPOSTAS APROVADAS NO EIXO 1 (por ordem numérica):

- Proposta 1.2: PL Cultura Viva
- Proposta 1.7: Novo Marco Legal para repasse de recursos a organizações da sociedade civil.
- Proposta 1.8: Cultura como Direito Social da CF.
- Proposta 1.10: Superintendências do MinC em todas as UFs.
- Proposta 1.15: Qualificação da administração pública: cargos, concursos, capacitação, planos de carreira para os servidores
- Proposta 1.17: Planos setoriais nos estados e municípios
- Proposta 1.24: Sistema de Financiamento Público: critérios de distribuição de recursos.
- Proposta 1.27: Fundos setoriais e custo amazônico.
- Proposta 1.30: Procultura.
- Proposta 1.34: Mapeamento, banco de dados e catálogo cultural.
- Proposta 1.43: Indicadores culturais baseados no SNIIC e no IDH.

EIXO 2 – PRODUÇÃO SIMBÓLICA E DIVERSIDADE CULTURAL

PROPOSTAS PRIORIZADAS:

ORDEM	PROPOSTA	VOTOS
1ª	2.11. Educação e Cultura	610
2ª	2.40. Sistema Nacional de Patrimônio Cultural	492
3ª	2.30. Comunicação e Cultura	447
4ª	2.14. Programa Mais Cultura nas Escolas	370
5ª	2.26. Circulação de conteúdos/ Arte, inovação e cultura digital	299

DEMAIS PROPOSTAS APROVADAS NO EIXO 2 (por ordem numérica):

- Proposta 2.1: Diversificação, desburocratização e democratização das linhas de financiamento com ênfase na regionalização e circulação.
- Proposta 2.2. Ampliação dos museus, bibliotecas e arquivos na política de incentivos fiscais.
- Proposta 2.3. Intercâmbio e circulação.
- Proposta 2.4. Produção de bens simbólicos.
- Proposta 2.5. Regionalização das políticas e dos investimentos, com ênfase na região Amazônica.
- Proposta 2.8. Produção literária e didática, em especial infanto-juvenil, para a diversidade das expressões culturais.
- Proposta 2.22. Programa Nacional de Formação Cultural.
- Proposta 2.27. Comunicação para a Diversidade.
- Proposta 2.28. Centros de Arte, Tecnologia e Inovação e Cultura Digital.
- Proposta 2.35: Identificação, demarcação, delimitação, regularização e homologação fundiária dos territórios quilombolas, povos indígenas, de terreiros e comunidades tradicionais em geral.
- Proposta 2.43. Direito difuso coletivo dos povos e comunidades tradicionais e das culturas populares.

EIXO 3 - CIDADANIA E DIREITOS CULTURAIS

PROPOSTAS PRIORIZADAS:

ORDEM	PROPOSTA	VOTOS
1ª	3.1. Equipamentos culturais	653
2ª	3.21. Lei Cultura Viva	581
3ª	3.39. Reconhecimento de mestres e mestras e Programa Certific	571
4ª	3.18. Políticas de acesso às pessoas com deficiência, incapacidade temporária ou mobilidade reduzida	480
5ª	3.10. Plano Nacional do Livro e Leitura	361

DEMAIS PROPOSTAS APROVADAS NO EIXO 3 (por ordem numérica):

Proposta 3.4. Equipamentos culturais multiuso.
Proposta 3.5. Rede de Pontos de Cultura.
Proposta 3.9. Cota de tela dos filmes nacionais.
Proposta 3.11. Convenção Internacional Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.
Proposta 3.13. Formação em Acessibilidade Cultural.
Proposta 3.15. Cultura como Direito Social.
Proposta 3.19. Colegiado setorial de cultura e arte inclusivas.
Proposta 3.27. Ampliação da participação de grupos e artistas locais nos recursos dos fundos de cultura.
Proposta 3.30. Patrimônio Material e Imaterial.
Proposta 3.32. Lei dos mestres.
Proposta 3.36. Cultura e Educação.

EIXO 4 - CULTURA E DESENVOLVIMENTO

PROPOSTAS PRIORIZADAS:

ORDEM	PROPOSTA	VOTOS
1ª	4.21. Economia Criativa Local	661
2ª	4.31. Plano Nacional de Economia Criativa	493
3ª	4.26. Linhas de financiamentos para empreendedores culturais, pesquisa e inovação tecnológica	418
4ª	4.29. Programa Amazônia Cultural	360
5ª	4.1. Turismo cultural	322

DEMAIS PROPOSTAS APROVADAS NO EIXO 4 (por ordem numérica):

Proposta 4.2. Territórios criativos: identificação, reconhecimento e institucionalização.
Proposta 4.4. Arranjos produtivos locais.
Proposta 4.5. Cultura, turismo e educação.
Proposta 4.9. Territórios criativos e Instituições de ensino superior, técnico e tecnológico.
Proposta 4.13. Programa Nacional de Capacitação.
Proposta 4.16. Centros de formação profissional nos setores criativos.
Proposta 4.20. Criações culturais funcionais.
Proposta 4.24. Financiamento de infraestrutura para bens e serviços criativos em municípios de pequeno porte.
Proposta 4.25. Novos mecanismos de fomento, financiamento e benefício fiscal para produtores culturais e empreendimentos criativos.
Proposta 4.32. Regime de tributação Simples.
Proposta 4.34. Reconhecimento de profissões artísticas e práticas e atividades culturais criativas.

ÍTEGRA DAS PROPOSTAS APROVADAS

EIXO 1 - IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE CULTURA

PROPOSTAS PRIORIZADAS:

1ª) PEC 150

Proposta 1.11: Que o Congresso Nacional aprove com urgência a PEC 150, realizando ações efetivas, tanto pelo poder público, quanto pela sociedade civil, como: a) audiências públicas e campanhas de mobilização e sensibilização; b) mobilização, através dos Conselhos Estaduais, Gestores Públicos e as bancadas estaduais no Congresso Nacional; e c) realização do Encontro Nacional entre Gestores (Governadores e Secretários) e representantes do Conselho Nacional e Estaduais de Cultura, e Colegiados Setoriais e Representantes da Sociedade Civil.

2ª) Fundo Social do Pré-Sal

Proposta 1.26: Garantir que pelo menos 10% dos recursos do Fundo Social do Pré-Sal sejam destinados à Cultura

3ª) Lei do SNC

Proposta 1.1: Aprovar com urgência no Congresso Nacional Projeto de Lei Complementar (PLC) 383/2013 de regulamentação do SNC, na forma de um substitutivo, com o texto do projeto encaminhado pelo MINC à Casa Civil em 19/12/2012, resultado de um intenso e profundo trabalho técnico e político com a participação dos três entes federados e da sociedade civil, e apoiar a implantação e o pleno funcionamento dos seus componentes, em todos os níveis da Federação, considerando as seguintes questões: a) comissões ou grupos de trabalho formados por sociedade civil e poder público para monitorar e auxiliar nessa implantação e difundir suas informações; b) qualificação do acompanhamento do Ministério da Cultura (MinC) a esse processo; c) oferecimento, por parte do MinC, de suporte técnico e financeiro aos Estados e Municípios; d) o repasse de recursos do Fundo Nacional de Cultura para os fundos estaduais, distrital e municipais, mediante o cumprimento das exigências previstas no Projeto de Lei Complementar do Sistema Nacional de Cultura; e) criar, garantir e implantar o sistema setorial das culturas Indígenas.

4ª) Formação e Capacitação em Gestão Cultural

Proposta 1.14: Criar, desenvolver, fortalecer e ampliar as estratégias para a formação e capacitação em gestão cultural de forma permanente e continuada, envolvendo gestores e servidores públicos (nos níveis federativos: união, estados, distrito e municípios) e privados, conselheiros de cultura, artistas, produtores, agentes culturais, povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais e demais integrantes da sociedade civil dos diversos segmentos por meio: a) da diversificação dos formatos e modelos de formação, contemplando a educação a distância EAD, presencial, semi-presencial, continuada, Programa Nacional de Formação de Gestores Culturais Públicos e Sociedade Civil, cursos de curto, médio e longo prazo, de nível técnico e superior,

extensão, graduação, pós-graduação strictu sensu e lato sensu, palestras, seminários, fóruns e treinamento, além da produção e disponibilização de material didático; b) da criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais e de qualificação profissional para os campos da política e da gestão cultural e da garantia de atendimento e adequação das linhas formativas segundo, as especificidades regionais, a demanda de cada segmento cultural frente à diversidade, pluralidade e singularidades do universo da cultura; c) da garantia à acessibilidade (artigo 9º. do decreto no. 6949, de 25 de agosto de 2009) através da utilização de metodologias e materiais didáticos específicos, tais como: publicações em Braille, formatos abertos para leitores de tela, presença de intérpretes para as diversas linguagens e códigos, tecnologias e adequações de infraestrutura.

5ª) Fortalecimento do FNC: paridade com renúncia fiscal e fundo-a-fundo

Proposta 1.25: Fortalecer o Fundo Nacional de Cultura, como principal mecanismo de financiamento público da cultura, garantindo por meio de: a) garantia de paridade com os recursos de renúncia fiscal, b) efetivação do compartilhamento entre fundos públicos de cultura, c) criação de mecanismos internos ao FNC, que estabeleçam apoio financeiro para a produção, mediação e distribuição de produções artístico-culturais, ouvido o Conselho Nacional de Política Cultural.

DEMAIS PROPOSTAS APROVADAS:

Proposta 1.2: PL Cultura Viva

Aprovar e regulamentar o PL 757/2011 (Cultura Viva), contemplando estratégias de vinculação e fortalecimento entre o Cultura Viva, Planos Nacional, Estaduais e Municipais de Cultura, e Sistemas Nacional, Estaduais e Municipais de Cultura considerando o Programa Cultura Viva como política de base comunitária do SNC (incluindo Conselhos, Setoriais, Fundos, e demais elementos constitutivos do Sistema) para garantir os direitos à cultura dos cidadãos, assegurados pelos artigos 215 e 216 e 216-A da Constituição Federal.

Proposta 1.7: Novo Marco Legal para repasse de recursos a organizações da sociedade civil.

Formular Marco Legal que articule os princípios e as diretrizes de legislação específica para a Cultura e a Arte em substituição as Leis 4.320/64 e 8.666/93 e normas correlatas, a fim de prever meios alternativos de comprovação das despesas públicas com as capacidades técnicas e operacionais dos agentes culturais destinatários das ações e dos programas dos órgãos públicos gestores de Cultura.

Proposta 1.8: Cultura como Direito Social da CF.

Aprovar a Cultura como Direito Social na Constituição Federal (PEC 49/2007 e PEC 236/2008).

Proposta 1.10: Superintendências do MinC em todas as UFs.

Criar Superintendências do Ministério da Cultura em todos os estados da Federação transformando as Representações Regionais existentes em Superintendências para atendimento e assessoria aos Estados e Municípios na implantação dos seus Sistemas Estaduais e Municipais de Cultura, através de cursos, oficinas, palestras e outras atividades, assegurando dotação orçamentaria para execução dessas atividades.

Proposta 1.15: **Qualificação da administração pública: cargos, concursos, capacitação, planos de carreira para os servidores**

Qualificar a administração pública para fortalecer o Sistema Nacional de Cultura, no que tange ao seu quadro técnico e profissional, nos âmbitos nacional, estaduais e municipais, por meio: a) da garantia de que os cargos da gestão pública de cultura sejam exercidos, prioritariamente, por profissionais formados ou com atuação na área cultural, artística e de patrimônio; b) da realização de concursos públicos para a seleção de profissionais especializados na área, exigindo saberes específicos provenientes dos diversos contextos regionais e locais. c) da qualificação continuada e capacitação. d) da criação de cargos públicos a serem preenchidos e lotados por servidores aprovados em concursos públicos, com perfil e formação pertinentes às demandas específicas e locais, para a área da cultura nas esferas municipal, distrital, estadual e federal. e) Da criação, da implantação e reformulação dos planos de carreira dos servidores do setor cultural. f) da garantia de quadro técnico efetivo nos órgãos e equipamentos culturais públicos; g) Adequar o número de servidores à demanda local.

Proposta 1.17: **Planos setoriais nos estados e municípios.**

Criar e implementar planos setoriais de cultura, nos estados, distritos e municípios instituídos no âmbito dos Conselhos Estaduais de seus respectivos conselhos de Políticas Culturais, a fim de fortalecer as especificidades locais.

Proposta 1.24: **Sistema de Financiamento Público: critérios de distribuição de recursos.**

Fortalecer e operacionalizar os sistemas de financiamento público garantindo: a) editais para projetos culturais com requisitos pré-estabelecidos, critérios de pontuação e valores aprovados pelos conselhos de cultura observando-se IDH e SNIIC, com desoneração fiscal do contemplado no edital; b) critérios de prioridade para atividades que gerem fortalecimento da diversidade cultural; c) priorização de recursos e linhas especiais para povos e comunidades tradicionais, culturas de matriz africana e indígenas, e para culturas populares; d) ações de promoção do desenvolvimento cultural em todo o território nacional; e) criação, implementação e/ou modernização de centros culturais, secretarias, CEUs, bibliotecas, arquivos, museus, e aquisição de equipamentos e mobiliários, restauro e revitalização; f) critério de prioridade para setores culturais ligados à economia criativa e Arranjos Produtivos Locais; g) fomento e financiamento a projetos de acessibilidade cultural, de grupos, organizações e/ou artistas com deficiência; h) critérios de territorialidade regional na distribuição de recursos.

Proposta 1.27: **Fundos setoriais e custo amazônico.**

Criar fundos setoriais para os segmentos contemplados pelo Conselho Nacional de Política Cultural: artes visuais; artesanato; circo; culturas afro-brasileiras; arquivos; arquitetura e urbanismo; arte digital; culturas populares; cultura indígena; dança; design; livro, leitura e literatura; música; moda; patrimônio imaterial; patrimônio material; teatro; museus e demais segmentos reconhecidos pelas respectivas comunidades, com ênfase em: a) Produção de bens, equipamentos e manifestações culturais; b) Preservação, manutenção, salvaguarda, pesquisa, conservação e restauro do patrimônio cultural material e imaterial, inclusive com recursos oriundos de multas incidentes sobre impactos ao patrimônio histórico e cultural; e c) Desenvolvimento da economia criativa; d) Reafirmar a deliberação do Custo Amazônico dentro dos programas, projetos, ações e editais do MINC, com a descentralização, levando em consideração as especificidades regionais.

Proposta 1.30: **Procultura.**

Aprovar e regulamentar o Projeto de Lei 1.139/2007 - Procultura, implementando, até o final de 2014, o repasse fundo a fundo entre a União, o Distrito Federal, os estados e os municípios, em conformidade com as determinações do Sistema Nacional de Cultura, assegurando o critério de territorialidade regional na distribuição de recursos, estabelecendo marcos mínimos obrigatórios de apoios nos estados.

Proposta 1.34: **Mapeamento, banco de dados e catálogo cultural.**

Estabelecer obrigatoriedade de elaboração de diagnóstico, zoneamento, mapeamento e inventário cultural nas esferas federal, estadual, distrital e municipal, no âmbito do SNC para constituição de banco de dados, alimentado regularmente, que inclua todos os segmentos culturais, por meio de levantamento histórico das manifestações culturais e necessidades da comunidade, de forma a fortalecer e divulgar os eventos populares no território nacional, valorizar a diversidade, reforçar as manifestações culturais, conhecer os vários grupos tradicionais, mestres, saberes, artistas, coletivos culturais, festas tradicionais, iniciativas de inclusão cultural e os patrimônios culturais de cada região, produzindo um catálogo cultural nacional, com acesso gratuito ao público em geral e possibilitar a implantação e o desenvolvimento de programas, projetos e planos setoriais e territoriais de cultura.

Proposta 1.43: **Indicadores culturais baseados no SNIIC e no IDH.**

Utilizar os dados do SNIIC para criar indicadores culturais capazes de contribuir com a variável de educação no IDH, considerando fundamental definir a Cultura como a prioridade da política de desenvolvimento econômico e social, para tanto deve ser tratada como um direito essencial à vida, ser um dos fatores determinantes do IDH e ter gestão participativa com a colaboração direta e predominante da sociedade civil.

EIXO 2 – PRODUÇÃO SIMBÓLICA E DIVERSIDADE CULTURAL

PROPOSTAS PRIORIZADAS:

1ª) Educação e Cultura

Proposta 2.11: Investir na educação continuada formal, no âmbito do ensino técnico e superior (tecnológico, bacharelado e licenciatura), públicos, incluindo a criação de cursos nas Instituições de Ensino Superior e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, em linguagens artísticas, criativas e saberes culturais, e educação não formal, contemplando as áreas artísticas, criativas e culturais em amplos aspectos, abrangendo as manifestações locais, contemporâneas e de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais (Conforme decreto presidencial nº. 6.040, 07/02/2007), de forma descentralizada e com acessibilidade comunicacional, intelectual e de mobilidade, com intuito de garantir: a) formação continuada de arte educadores nas diversas áreas do conhecimento artístico/cultural, para mediar, desenvolver e conduzir conteúdos e disciplinas artísticas, trabalhando a arte como uma área de conhecimento; b) investimento em instituições comunitárias, estaduais e federais de ensino superior tecnológico para o aumento de oferta e interiorização de cursos de graduação, extensão e pós-graduação nas áreas da arte/cultura, bem como criar e fomentar escolas livres e pesquisas, através das agências estaduais de fomento, de pesquisa e extensão, do CNPq e das pesquisas cujo o objeto seja a cultura; c) incentivo a criação de cursos livres em gestão cultural para gestores, produtores, artistas e sociedade em geral; d) criar via Ministério da Cultura de uma plataforma online de recursos educacionais abertos, bem como produzir materiais didáticos editados com conteúdos referentes às culturas dos povos e comunidades tradicionais contemplando também as distintas linguagens artísticas contemporâneas; e) reconhecer as práticas culturais como formadoras de subjetividades e coletividades, valorizando os conhecimentos dos povos tradicionais, bem como das manifestações artísticas/culturais contemporâneas, favorecendo o intercâmbio entre o ensino formal e não formal; f) Fomentar a formação de agentes culturais via bolsas de estudo, pesquisas e residências culturais, bem como ampliar, equiparar com as outras áreas do conhecimento e garantir a participação do campo da cultura no âmbito do programa “Ciências sem Fronteiras” e a criação do Programa Artes sem fronteiras;

2ª) Sistema Nacional de Patrimônio Cultural

Proposta 2.40: Implementar efetivamente o Sistema Nacional do Patrimônio Cultural, enfatizando a formulação e implantação de uma política compartilhada de preservação e valorização das múltiplas expressões do patrimônio cultural, contendo: a) Normatização dos procedimentos e da utilização dos instrumentos de preservação; b) Linhas de financiamentos, fundos, incentivos fiscais e editais para ações de identificação e preservação dos bens culturais materiais e imateriais; c) Leis de preservação do patrimônio cultural material e imaterial federal, estaduais e municipais aprovadas, implementadas e integradas entre si; d) Efetiva gestão compartilhada entre o governo federal, os estados e os municípios para a preservação do patrimônio cultural; e) Implementação dos Conselhos Estaduais e Municipais de Preservação do Patrimônio Cultural; f) Capacitação continuada dos agentes envolvidos nas ações e projetos desta preservação; g) Ampliação dos editais, prêmios e recursos orçamentários para a área, garantindo o amplo acesso à divulgação e a simplificação dos procedimentos (inscrição, gestão e prestação de contas), com ênfase no Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e nos editais para os mestres da cultura popular e tradicional; h) Implementação e fortalecimento de Programa de Educação para o Patrimônio com ênfase na formação de professores e estudantes do ensino básico e superior incluindo esse tema transversalmente nos currículos oficiais e enfatizando os saberes dos povos indígenas, comunidades quilombolas, povos e comunidades tradicionais e culturas populares, contemplando, também, os conteúdos da Lei 10639/03.

3ª) Comunicação e Cultura

Proposta 2.30: Aprovar o Marco Regulatório das Comunicações no Brasil, o Marco Civil da Internet (garantindo a neutralidade da rede como regra), a Lei da Mídia Democrática, e modificar a Lei 9.612/98, garantindo o respeito aos Direitos Humanos, à diversidade e à participação social nos processos de revisão desses Marcos Regulatórios, considerando o disposto no Estatuto da Igualdade Racial, com regulamentação imediata dos artigos relativos à comunicação aprovados na Constituição de 1988. Incluir mais canais de rádio e TVs públicas, comunitárias, educativas, universitárias, culturais e de cidadania, no espectro eletromagnético e digital do Brasil, disponibilizando recursos públicos para viabilizar a sustentabilidade dessas emissoras, assim como para aquisição e renovação de infraestrutura tecnológica. No caso das rádios comunitárias, promover o aumento de seu alcance, potência, altura de antena e canais, e que seja disponibilizado recursos públicos para viabilizar a sustentabilidade dessas emissoras. Ampliar o diálogo e protagonismo do Ministério da Cultura dentro deste processo decisório.

4ª) Programa Mais Cultura nas Escolas

Proposta 2.14: Garantir a implementação, ampliação, desenvolvimento, consolidação, avaliação e gestão, de forma compartilhada, do “Programa Mais Cultura nas Escolas” e torná-lo uma política pública de Estado, ampliando as ações do programa para além do “Mais Educação” (a fim de atender as unidades escolares com diferentes avaliações do IDEB e em distintos territórios), bem como garantir a promoção de experiências educacionais inovadoras e a remuneração dos educadores de acordo com o exercício de suas funções, buscando a implementação do programa em 100% das escolas públicas, inclusive as de educação integral, contando para tanto, com o fortalecimento da articulação entre os entes federados, a melhoria e adequação da estrutura física das instituições escolares e a capacitação da comunidade escolar.

5ª) Circulação de conteúdos/ Arte, inovação e cultura digital.

Proposta 2.26: Criar e garantir editais específicos para ampliar e democratizar a infraestrutura tecnológica, bem como fomentar a criação e circulação de conteúdos independentes (sites, rádios, mídia impressa, audiovisual, telecentros, televisões, mídias públicas e comunitárias, laboratórios em rede, núcleos de arte, tecnologia e inovação, museus, internet e SMS), sempre adequados aos princípios de acessibilidade de cada meio/mídia. Garantir também 20% da verba publicitária para mídias impressas, rádio e TVs comunitárias, universitárias, educativas, promovendo a sustentabilidade das mesmas, potencializando a difusão da Arte, Inovação e Cultura Digital por meio do uso de software e hardware livres, de banda larga aberta/gratuita e da internet sem fio, nas cidades, comunidades, espaços públicos, organizações e instituições culturais de todo o país, priorizando os Estados com o maior déficit de acesso às redes de informação.

DEMAIS PROPOSTAS APROVADAS:

Proposta 2.1: **Diversificação, desburocratização e democratização das linhas de financiamento com ênfase na regionalização e circulação.**

Ampliar a política de editais, de forma diversificada e democrática, com aumento dos recursos, estabelecendo linhas de financiamento, que contemplem todos os setores artísticos e criativos em suas diferentes linguagens, garantindo sua produção, circulação e intercâmbio, bem como a desburocratização dos processos de inscrição, seleção, repasse de recursos e prestação de contas, por parte do Ministério da Cultura e demais órgãos a ele vinculados, como também demais órgãos das esferas municipal, estadual e federal, dando maior acesso aos municípios de pequeno porte e destinando 20% dos recursos do Fundo Nacional de Cultura especificamente para a circulação.

Proposta 2.2. **Ampliação dos museus, bibliotecas e arquivos na política de incentivos fiscais.**

Oferecer mecanismos, como editais, que ampliem a participação dos museus, bibliotecas e arquivos na política de incentivos fiscais à cultura, promovida pelas esferas federal, estadual e municipal de cultura, garantindo: a) o atendimento da complexidade envolvida no gerenciamento das entidades museológicas, biblioteconômicas e arquivísticas; b) o acesso permanente e a segurança dos acervos constituídos com investimentos provenientes de recursos públicos.

Proposta 2.3. **Intercâmbio e circulação.**

Ampliar os incentivos financeiros, de forma a estimular, apoiar e promover os grupos artísticos e culturais da sociedade civil e órgãos governamentais por meio de editais ou outras formas, para promoção de intercâmbio cultural, circulação de bens culturais, feiras, exposições, acervos, museus, arquivos, bibliotecas, festivais, cursos de capacitação e extensão, oficinas, residência artística, construção de espaços culturais e laboratórios de artes, tecnologia e inovação, respeitando critério de territorialidade regional dentro dos estados e contemplando: a) ações de preservação da cultura local, estimulando a circulação de bens e serviços culturais que incluam todos os segmentos e linguagens culturais, preferencialmente em espaços públicos da periferia, e das zonas rurais (assentamentos, territórios indígenas, quilombolas, ciganos e de comunidades tradicionais conforme decreto nº 6.040 de 07/02/2007); b) abertura anual de edital para a realização de projetos de intercâmbio cultural intermunicipal, interestadual e internacional, possibilitando a troca de conhecimentos e qualificação de profissionais da área; c) viabilização de passagens e bolsas para as atividades.

Proposta 2.4. **Produção de bens simbólicos.**

Promover políticas públicas para produção de bens simbólicos por meio de: a) programas e projetos específicos para todos os setores e segmentos artísticos e culturais, com vistas a incentivar e fomentar a produção de bens simbólicos e os fazeres e saberes da cultura; b) promoção e o respeito à diversidade e ao diálogo intercultural; c) preservação das memórias e patrimônios culturais; d) garantia de descentralização de recursos nas diversas regiões do país com atenção dirigida às singularidades culturais e necessidades específicas de povos e comunidades tradicionais; e) critérios de gênero e de orientação sexual, de pessoas com deficiências e de imigrantes e povos latino-americanos, africanos, europeus e asiáticos; f) respeito às prerrogativas constitucionais de acessibilidade das pessoas com deficiência, dos idosos e dos jovens em situação de vulnerabilidade social.

Proposta 2.5. **Regionalização das políticas e dos investimentos, com ênfase na região Amazônica.**

Criar políticas culturais regionais, bem como os investimentos, levando em conta os custos de todas as regiões brasileiras, com ênfase na região amazônica, a acessibilidade e a fruição; viabilizar a realização de parcerias entre municípios, povos e comunidades tradicionais; incentivar trocas de experiências, informações e registros culturais tradicionais como: rituais indígenas, festas, cultura de raiz, jogos, feiras, festivais, fóruns, conferências, exposições, gastronomia etc., por meio de intercâmbios culturais e artísticos; valorizar a sustentabilidade e a preservação do meio ambiente; e garantir investimentos dos Ministérios da Cultura e da Educação em programas e projetos de criação, produção, circulação, difusão e qualificação dos gestores, produtores e fazedores culturais da região Amazônica.

Proposta 2.8. **Produção literária e didática, em especial infanto-juvenil, para a diversidade das expressões culturais.**

Criar mecanismos que estimulem a produção literária e didática, em especial a infanto-juvenil, fomentando publicações impressas e digitais com a temática de povos indígenas, quilombolas, povos de matrizes africanas, povos e comunidades tradicionais e afro-amazônicas (comunidades ribeirinhas e comunidades extrativistas), LGBT, pessoas com deficiência, operários/as, trabalhadores/as e movimentos folclóricos, bem como garantir a participação intergeracional e das juventudes, atentando-se para o recorte geracional e de gênero, promovendo a criação, o financiamento e divulgação de conteúdos audiovisuais e digitais, assim como a implementação de políticas de incentivo e fortalecimento de rádios, TVs comunitárias e núcleos de arte, tecnologia e inovação para que esses povos e populações promovam a divulgação de suas práticas simbólicas culturais.

Proposta 2.22. **Programa Nacional de Formação Cultural.**

Estabelecer parcerias entre MinC, MEC, conselhos e unidades formais e informais de ensino, no marco do fortalecimento do Programa Nacional de Formação Cultural, para: a) utilizar os mestres do conhecimento tradicional (matriz-africana, cigano, povos indígenas, descendentes de imigrantes, quilombolas, circense, entre outros) como formadores nos diversos ambientes de educação, valorizando o ensino da arte e da cultura brasileira, e garantir concursos públicos para as linguagens artísticas específicas; b) efetivar as leis já existentes do marco educacional (6.533/78, 10.639/03, 11.645/08 e 11.769/08), bem como incentivar novos marcos legais para incorporação de novos conteúdos e metodologias de natureza cultural, como a transmissão de conhecimentos orais; c) inserir e expandir a oferta da disciplina de democracia, acessibilidade e mediação cultural, respeitando as especificidades locais do território; d) garantir o desenvolvimento de projetos político-pedagógicos alinhados à diversidade das expressões culturais; e) estimular o desenvolvimento prioritário de recursos educacionais abertos e livres, garantindo a função pública e social dos saberes e fazeres culturais; f) criar programas de formação artística - cultural - cidadã específicas para a juventude.

Proposta 2.27. **Comunicação para a Diversidade.**

Criar canais de TV e emissoras de rádios comunitárias para povos historicamente excluídos, povos indígenas, comunidades tradicionais e grupos de culturas populares, assim como financiamento de filmes e de programas de televisão para as emissoras públicas com a temática e o protagonismo da resistência cultural afrobrasileira, garantindo, em interface com a ampliação de processos comunicacionais, o amplo acesso às redes de produção, difusão e compartilhamento da informação e da cultura nos meios digitais e impressos.

Proposta 2.28. **Centros de Arte, Tecnologia e Inovação e Cultura Digital.**

Implantar Centros de Arte, Tecnologia e Inovação e Cultura Digital em regime de colaboração com as Fundações e Institutos Culturais, Científicos e Tecnológicos, entidades públicas e privadas, bem como universalizar a internet nos espaços públicos, visando democratizar o acesso às novas tecnologias, às

linguagens tecnológicas e aos softwares e hardwares livres, garantindo a aquisição de equipamentos de Mídia Digitais e impressas e a criação de infocentros, telecentros, bibliotecas digitais, museus virtuais, sites, webtv, laboratórios audiovisuais, webrádios e laboratórios de informática, Núcleos de Arte, Tecnologia e Inovação, bem como a realização de cursos de capacitação de técnicos especializados e processos de educação não-formal com o objetivo de aperfeiçoar a formação, produção, a pesquisa e a difusão da Arte e Cultura Digital nos municípios, comunidades, espaços públicos, organizações e instituições culturais de todo o país com garantia de acessibilidade.

Proposta 2.35: **Identificação, demarcação, delimitação, regularização e homologação fundiária dos territórios quilombolas, povos indígenas, de terreiros e comunidades tradicionais em geral.**

Garantir e executar, em caráter de urgência, políticas de identificação, demarcação, delimitação, regularização e homologação fundiária dos territórios quilombolas, povos indígenas, povos de terreiros e povos e comunidades tradicionais em geral (conforme decreto 6.040 de 07/02/2007), assegurando a efetivação de suas titulações e autonomias tendo como referência o inventário do patrimônio das culturas diversas, por meio de ações que promovam a cultura de combate ao racismo, inclusive o religioso, protegendo os ritos, rituais, danças, costumes e conhecimento imateriais dos povos indígenas, comunidades rurais, ribeirinhas, manifestações das culturas tradicionais e expressões da diversidade cultural, efetivando o financiamento de artistas, grupos culturais, povos tradicionais de matriz africana e ações relacionadas as comunidades.

Proposta 2.43. **Direito difuso coletivo dos povos e comunidades tradicionais e das culturas populares.**

Criar uma legislação específica que garanta aos povos indígenas, comunidades quilombolas, povos e comunidades tradicionais e das culturas populares, o direito difuso coletivo. As práticas e ritos são expressão da memória coletiva e base da identidade dos diversos grupos formadores da sociedade brasileira. Para que os meios e instrumentos continuem como bens coletivos nacionais, é indispensável que a legislação salvaguarde o acesso e a manipulação de recursos, naturais ou não, a partir da concessão de autoria aos grupos, como direito difuso, que possa ser transmitido às gerações seguintes que perpetuem as práticas culturais, independente de ser registrado como patrimônio cultural imaterial. Basta que seja referência cultural por sua comunidade. O Estado deve ser responsável pela fiscalização e controle do direito cultural coletivo e difuso, penalizando o uso indevido de tais recursos.

EIXO 3 - CIDADANIA E DIREITOS CULTURAIS

PROPOSTAS PRIORIZADAS:

1ª) Equipamentos culturais

Proposta 3.1: Incluir nos planos orçamentários da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios programas para desapropriação ou concessão de uso de imóveis ociosos, construção (por meio de concurso público de projeto de arquitetura e urbanismo), manutenção, adequação, reforma e mapeamento de equipamentos culturais (espaços multiculturais, pontos de cultura, pontos de memória, casas de cultura, pontos de leitura, auditórios, museus, arquivos, centros culturais, terrenos para instalação de circos e atividades circenses, espaços culturais em escolas, CEUs) para abrigar as diversas linguagens artísticas e culturais, garantindo a diversidade cultural, devidamente estruturados para garantir o acesso às pessoas em situação de vulnerabilidade, com deficiência, incapacidade temporária e/ou mobilidade reduzida, e necessidades visuais, sonoras e verbais – em conformidade com a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (ONU, 2008), e equipados com cinema, teatro, biblioteca, galeria para exposições e espaço multiuso (oficinas, seminários, etc).

2ª) Lei Cultura Viva

Proposta 3.21. Garantir a aprovação, sanção e regulamentação da Lei Cultura Viva, PLC 70/2013 que institucionaliza a política nacional de cultura, educação e cidadania - Cultura Viva, efetivando sua implantação com a garantia de no mínimo um ponto de cultura em cada município, possibilitando a criação de consórcios culturais intermunicipais, consolidando uma política cultural de base comunitária para fortalecer e ampliar o Programa Cultura Viva; e investir, por meio de fundo mantenedor específico para o Programa Cultura Viva, na criação de novos pontos e pontos de cultura e no fortalecimento, revitalização e consolidação dos já existentes, com atenção aos pontos indígenas, quilombolas, aos grupos de culturas tradicionais, populares, comunitários, urbanos e rurais, garantindo o cumprimento das leis de acessibilidade e considerando as seguintes necessidades: a) alterar o processo de financiamento e prestação de contas, através do cadastro nacional dos pontos de cultura, por meio de resultados e tabela de preços regionalizada, criando mecanismos de monitoramento e fiscalização com a participação da sociedade civil organizada e população em geral; b) extinguir a modalidade de convênio, simplificando os mecanismos de repasse de recursos, priorizando prêmios, bolsas e outras maneiras de financiamento e fomento; c) propiciar e consolidar o desenvolvimento profissional de artistas e produtores de cultura com capacitação e formação continuada; d) regionalização e municipalização dos programas; e) ampliação dos investimentos compartilhados entre o Governo Federal, Estados e Municípios integrantes do Sistema Nacional de Cultura e fortalecimentos das fontes de financiamento por meio de uso de recursos dos fundos de cultura, mecanismos de incentivo e renúncia fiscal, vale-cultura, bem como recursos de outras políticas e fundos públicos; f) atenção a todas as linguagens artísticas e manifestações culturais, grupos e coletivos da diversidade cultural; g) integração de iniciativas como pontos de leitura, pontos de memória, museus comunitários, ecomuseus dentre outros.

3ª) Reconhecimento de mestres e mestras e Programa Certific

Proposta 3.39: Intensificar e fomentar o reconhecimento de mestres e mestras das culturas populares e tradicionais (mestres de capoeira, hip hop, quilombolas, indígenas, sábios, afoxés, jongo e griôs), por meio de certificação da Rede Certific do Ministério da Educação (de acordo com a Meta 17 do Plano Nacional de Cultura) ou órgãos afins, com ações atinentes ao IPHAN e ao Ibram, garantindo recursos financeiros para a manutenção de suas expressões artísticas e culturais, através dos editais de premiação da SCDC; intensificando e aprimorando as ações de proteção do patrimônio material e imaterial, versando sobre estudos, pesquisas e formação, apoiando estrategicamente esses processos com a aprovação da Lei de Mestres (Projeto de Lei nº 1.176/2011) e a transformação do Decreto nº 6.040/2007, que institui a Política Nacional do Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais em lei.

4ª) Políticas de acesso às pessoas com deficiência, incapacidade temporária ou mobilidade reduzida

Proposta 3.18: Por meio de capacitação e qualificação de recursos, implementar políticas de acesso às pessoas com deficiência, incapacidade temporária e/ou mobilidade reduzida, à produção, circulação e fruição de bens e serviços culturais ao: a) disponibilizar os sistemas de acesso aos mecanismos públicos de fomento em formato conforme o conceito de acesso universal à informação (entendendo que a LIBRAS não é uma modalidade comunicativa de acesso à Língua Portuguesa); b) garantir a presença dos itens que contemplem os recursos de tecnologias assistivas e/ou ajudas técnicas nos editais de acesso aos mecanismos de fomento; c) produzir conteúdos em formatos acessíveis através da comunicação ampliada e alternativa (CAA) para atender aqueles que têm necessidades informacionais específicas além da interpretação para a LIBRAS a fim de atender a especificidade linguística dos surdos, acerca do patrimônio cultural material e imaterial, conforme todas os níveis de ensino: fundamental, médio, superior e educação de jovens e adultos (EJA) e as características regionais; d) promover a capacitação para a Plena Acessibilidade Cultural e Artística dos agentes culturais, movimentos sociais e entidades culturais públicas e privadas, atuantes na área de educação e cultura; e) promover a capacitação dos mediadores, gestores, técnicos e avaliadores dos editais públicos tendo como condição sine qua non a participação da pessoa com deficiência para a validação do processo; f) Garantir o fomento, circulação e manutenção de artistas e coletivos com deficiência em acordo com as resoluções da Oficina Nacional de Indicação de Políticas Públicas Culturais para pessoas com deficiência gravada na Nota Técnica

001/2009 da SID/MINC; g) Criar e apoiar programas, projetos e ações de acessibilidade e produção cultural nas suas dimensões arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática, tecnológica e atitudinal para o público, bem como para os agentes culturais, grupos coletivos e artistas que incluam pessoas com e sem deficiência.

5ª) Plano Nacional do Livro e Leitura

Proposta 3.10: Aprovar, sancionar e regulamentar o Plano Nacional do Livro e Leitura, garantindo a leitura como direito social, através do fortalecimento do Sistema de Bibliotecas Públicas, municipais, estaduais, distrital e comunitárias, assegurando o acesso ao livro, à leitura e à literatura.

DEMAIS PROPOSTAS APROVADAS:

Proposta 3.4. Equipamentos culturais multiuso.

Garantir a criação (mediante concurso público de projeto de arquitetura e urbanismo), implantação e manutenção e/ou revitalização de equipamentos culturais multiuso (salas para exibição de filmes, espetáculos de teatro, dança, circo e musicais, salão de exposições, salas de oficinas artísticas, bibliotecas, museus, arquivos, pontos de memória etc), por meio de políticas públicas de fomento e financiamento, nos municípios de pequeno e médio porte, priorizando os municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, povos tradicionais e fronteiriços, com locais para criação, difusão e ensino das diversas linguagens artísticas, assegurando a utilização exclusiva para fins culturais, garantindo o acesso e a sustentabilidades das atividades artísticas, bem como das pessoas em situação de vulnerabilidade, com deficiência, incapacidade temporária e/ou mobilidade reduzida, e necessidades visuais, sonoras e verbais em conformidade com a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (ONU, 2008).

Proposta 3.5. Rede de Pontos de Cultura.

Criar, descentralizar e ampliar as redes de Pontos de Cultura, através de processo de premiação, em todos os municípios, promovendo sua articulação com conselhos municipais, estaduais, nacionais e internacionais com o objetivo de fortalecer os conselhos de cultura, os fazedores de cultura e as atividades desenvolvidas pelos pontos e democratizar a inclusão artística e o acesso à cultura para crianças, jovens, e adultos, idosos e pessoas com deficiência.

Proposta 3.9. Cota de tela dos filmes nacionais.

Garantir o aumento progressivo da cota de tela dos filmes nacionais, a partir de 30%, com ênfase às produções independentes, inserindo taxas maiores para as produções estrangeiras, de acordo com a quantidade de cópias exibidas no Brasil, respeitando as normas de acessibilidade previstas na Lei nº 10.098/2000 e ABNT 9050.

Proposta 3.11. **Convenção Internacional Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.**

Efetivar a Convenção Internacional Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e garantir o cumprimento da lei nº 10.098/2000 e ABNT 9050 que estabelecem normas gerais e critérios básicos para a acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida em todos os ambientes culturais, bem como no desenvolvimento de ações de promoção da fruição cultural, assegurando seus direitos econômicos, sociais, linguísticos e culturais, não só no prisma da inclusão, mas de modo a garantir a igualdade de acesso.

Proposta 3.13. **Formação em Acessibilidade Cultural.**

Recomendar ao Ministério da Educação a criação e inserção da disciplina de Acessibilidade Cultural nos cursos, em nível técnico e superior, de todos os Estados brasileiros, para a formação de profissionais da área de Arte, Cultura e Educação, bem como propor e apoiar Instituições de Ensino na criação de cursos de formação continuada em Acessibilidade Cultural, de modo a garantir igualdade de formação e profissionalização em distintas linguagens artísticas, tecnologias sociais e gestão de projetos.

Proposta 3.15. **Cultura como Direito Social.**

Reafirmar a cultura como direito social de todos os cidadãos e cidadãs, segundo o que prevê o Art 216-A da Constituição Federal: a) reconhecendo as dinâmicas sociais, comunitárias, religiosas, étnico-raciais, linguísticas, de gênero, identitárias e das pessoas em situação de vulnerabilidade; b) atendendo às demandas das culturas da infância e adolescência, da juventude, idosos, mulheres, LGBT, egressos do sistema prisional e socioeducativo ou em privação de liberdade, pessoas em sofrimento psíquico e/ou com transtorno mental, pessoas com deficiência e populações em situação de risco social e com dificuldades para mobilidade.

Proposta 3.19. **Colegiado setorial de cultura e arte inclusivas.**

Criar o COLEGIADO SETORIAL DE CULTURA E ARTE INCLUSIVAS, com missão primordial de oferecer consultoria ao Conselho Nacional de Política Cultural e para a normalização e instrumentalização dos conteúdos, metodologias, tecnologias e práticas para que as ações propostas possam ser realizadas em conformidade com a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, que tem caráter constitucional.

Proposta 3.27. **Ampliação da participação de grupos e artistas locais nos recursos dos fundos de cultura.**

Garantir no âmbito do SNC que os recursos dos fundos municipais, estaduais, do Distrito Federal e nacional de cultura direcionados à realização de eventos, projetos e programas destinem no mínimo 50% do investimento na participação efetiva de grupos e artistas locais, assegurando a equiparação de condições técnicas e de produção entre estes e os convidados externos.

Proposta 3.30. **Patrimônio Material e Imaterial.**

Criar diretrizes de fomento para a preservação e manutenção do Patrimônio Material e Imaterial, (de acordo com as Leis nº 10.639/2003, 11.645/2008, o Decreto nº 6.040/2007, o Decreto-Lei nº 25/1937, a Lei nº 11.904/2009, o Decreto nº 8.124/2013, o Decreto nº 3.551/2000 e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho-OIT) que contemplem: a) garantia de preservação e recuperação de bens tombados e realização de estudos para o tombamento de outros prédios históricos junto ao IPHAN, através do FNC; b) garantia de utilização cultural e social dos bens do patrimônio material tombado (casas, casarões, prédios históricos pertencentes ao poder público, casas tradicionais de matriz africana); c) criação de um programa de incentivo à transmissão dos saberes populares e à preservação do patrimônio cultural material e imaterial (manifestações artísticas, acervos e outros bens) de referência para as culturas tradicionais, incluindo os povos indígenas; d) Aprimoramento do registro de bens imateriais e garantia de participação e protagonismo do seu sujeito inicial.

Proposta 3.32. **Lei dos mestres.**

Estimular a ampliação da lei dos mestres da sabedoria para todo o país, fomentando a expansão das experiências já existentes e que utilizam os conhecimentos tradicionais e expressões das culturas populares e tradicionais dentro e fora dos circuitos de criação, produção e circulação, incluindo o estímulo às ações educativas de mestres da cultura popular e tradicional que objetivam resgatar e socializar as reminiscências de povos e comunidades tradicionais rurais e urbanas, e que favoreçam e difundam a diversidade de saberes e formas de manifestação cultural, incluindo as linguagens, dentro e fora das instituições de ensino.

Proposta 3.36. **Cultura e Educação.**

Firmar parcerias e convênios com o Ministério da Educação, universidades públicas e privadas visando: a) o aumento do número de vagas e a melhoria da qualidade de cursos técnicos, graduação e pós-graduação e mestrado nas áreas de artes (música, teatro, dança e artes visuais), cultura e gestão cultural, divulgando a existência destes e potencializando o acesso dos estudantes a esses cursos nos estabelecimentos de ensino fundamental, médio e superior, de forma continuada, visando a inserção, nos currículos da educação básica e superior, das disciplinas “Educação Patrimonial” e “História da Diversidade Cultural do País” na perspectiva de contar com a parceria dos mestres de saberes populares e tradicionais; b) garantir aos fazedores culturais bolsas de estudo em artes e ofícios e em cursos de extensão e aperfeiçoamento nas universidades públicas do Brasil e do exterior.

EIXO 4 - CULTURA E DESENVOLVIMENTO

PROPOSTAS PRIORIZADAS:

1ª) Economia Criativa Local

Proposta 4.21: Fortalecer e fomentar as cadeias dos setores criativos, promovendo o intercâmbio regional, nacional e internacional, valorizando os setores da Economia Criativa local, garantindo o investimento e a infraestrutura de apoio para criação, produção, publicação, difusão/distribuição de Bens e Serviços Culturais (adaptadas às especificidades das diferentes Cadeias Produtivas), capacitando os agentes culturais, gerando condições de trabalho e renda, tendo como base as dimensões da sustentabilidade (econômica, social, ambiental e cultural), reforçadas por programas de conscientização e mudança de hábito e consumo/fruição, como também criar programas de incentivo ao empreendedorismo e à sustentabilidade das cadeias produtivas do setor cultural, garantindo a acessibilidade, a inclusão e a sustentabilidade etnobiológica.

2ª) Plano Nacional de Economia Criativa

Proposta 4.31: Elaborar, e implementar, o Plano Nacional de Economia Criativa contemplando o estabelecimento e adequação dos marcos legais da economia criativa brasileira, garantindo aos trabalhadores, profissionais e empreendedores culturais, os direitos trabalhistas, previdenciários, administrativos, comerciais e de propriedade intelectual, reduzindo os entraves a circulação e a exportação de bens e serviços.

3ª) Linhas de financiamentos para empreendedores culturais, pesquisa e inovação tecnológica

Proposta 4.26: Fomentar a criação de linhas de financiamentos para empreendedores culturais subsidiadas com recursos do BNDES e a partir da destinação de um percentual da arrecadação do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), dentre outros, bem como estabelecer parcerias do Ministério da Cultura com setores privados e públicos, principalmente com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação/FNDCT (Fundo

Nacional do Desenvolvimento de Ciência e Tecnologia) com o intuito de assegurar recursos para a pesquisa e inovação tecnológica nos setores culturais e criativos.

4ª) Programa Amazônia Cultural

Proposta 4.29: Transformar o Programa Amazônia Cultural em política de Estado que seja viabilizado com a criação do Fundo Amazônia Cultural para subsidiar a implementação e o desenvolvimento dos APLs e empreendimentos criativos, com o intuito de formar e qualificar gestores e empreendedores culturais criativos dos municípios da Amazônia Legal, em parceria com instituições de ensino públicas e/ou privadas, com instrutores e mestres detentores e transmissores do saberes e fazeres tradicionais com conhecimento da realidade regional amazônica.

5ª) Turismo cultural

Proposta 4.1: Instituir rotas e roteiros de turismo cultural, que incluam bases comunitárias, comunidades tradicionais, povos indígenas, pontos de cultura e pontos de memória, e fomentar a criação de territórios criativos e corredores culturais, com subsídios para aquisição de imóveis, bens permanentes e de consumo, isenção de impostos federais, estaduais e municipais, qualificando a cadeia produtiva da cultura e do turismo, e viabilizando a construção de mercados e espaços de cultura criativa, para comercialização dos produtos, exposições, capacitações e oficinas, incentivando o microempresário de produtos culturais, valorizando a produção artística local e regional.

DEMAIS PROPOSTAS APROVADAS:

Proposta 4.2. Territórios criativos: identificação, reconhecimento e institucionalização.

Identificar, mapear, reconhecer e institucionalizar todos os territórios criativos e suas manifestações, incluindo o levantamento e compartilhamento das metodologias utilizadas; a gestão ativa de informações e dados, através do SNIIC e a garantia de condições técnicas e financeiras para a realização dos levantamentos e a promoção de desenvolvimento sustentável dos territórios.

Proposta 4.4. Arranjos produtivos locais.

Criar um macroprograma articulado entre as três esferas de governo e sociedade civil organizada para estruturar arranjos produtivos locais, incluindo a economia solidária para os empreendedores do turismo cultural, com o auxílio de ferramentas de gestão (design, marketing, comunicação etc), considerando os impactos socioeconômicos, ambientais, culturais e as demandas e vocações dos territórios criativos.

Proposta 4.5. Cultura, turismo e educação.

Promover a interação e a estruturação entre educação, cultura e turismo em escolas, bibliotecas, museus e demais equipamentos culturais por meio de programas de educação patrimonial inserindo mestres de ofícios de saberes e fazeres, com o intuito de estimular o pertencimento e valorização das identidades culturais locais e regionais.

Proposta 4.9. Territórios criativos e Instituições de ensino superior, técnico e tecnológico.

Reconhecer espaços e territórios criativos existentes e estimular a implementação de novos, por meio de projetos de pesquisa e extensão em instituições de ensino superior, técnico e tecnológico, a fim de garantir a qualificação de profissionais dos setores criativos nas regiões de abrangência das instituições, com especial atenção às regiões periféricas.

Proposta 4.13. Programa Nacional de Capacitação.

Criar Programa Nacional de Capacitação, para agentes culturais e gestores públicos, inclusive a pessoa com deficiência, em nível acadêmico e/ou técnico, nas áreas de gestão, empreendedorismo e produção artístico-cultural, visando a geração de emprego e renda, a qualificação e formalização do empreendedor, a valorização das cadeias produtivas da economia da cultura e o acesso às diversas fontes de fomento e financiamento, tanto para a pessoa física como jurídica, em todas as regiões do país, em parceria com a iniciativa privada e universidades, respeitando as demandas locais e a sustentabilidade.

Proposta 4.16. Centros de formação profissional nos setores criativos.

Criar e fomentar a implantação de centros de formação profissional nos setores criativos, considerando o mapeamento do potencial criativo de cada região, destinados a oferecer gratuitamente assessoria, consultoria e qualificação técnica aos empreendedores criativos, com o objetivo de planejar, orientar e implementar projetos e produtos da economia criativa; que esses centros contenham espaços para comercialização de produtos, promovendo o consumo responsável e consciente, atuando de forma integrada com as esferas de governo federal, estadual e municipal e contemplando todas as regiões; e que estejam associados à criação de portal eletrônico e elaboração de materiais gráficos e eletrônicos, a fim de divulgar seus bens e serviços, contribuindo com a mudança do comportamento de consumo da sociedade.

Proposta 4.20. Criações culturais funcionais.

Garantir a valorização e potencialização dos territórios criativos, APLs (Arranjos Produtivos Locais), museus e demais equipamentos culturais, por meio de ações transversais a partir das criações culturais funcionais, como o design, a arquitetura e urbanismo, moda e artesanato, no desenvolvimento sustentável, na recuperação de áreas degradadas, na conservação e requalificação do patrimônio cultural, promovendo também o mapeamento, a regularização e a revitalização dos espaços públicos ociosos, para que sejam ocupados por grupos culturais, através de concessão de uso ou outro instrumento jurídico pertinente, com garantia de subsídio para a manutenção dos referidos espaços durante todo o período de sua ocupação.

Proposta 4.24. Financiamento de infraestrutura para bens e serviços criativos em municípios de pequeno porte.

Garantir a valorização e potencialização dos territórios criativos, APLs (Arranjos Produtivos Locais), museus e Promover articulação entre União, Estados, Municípios e Distrito Federal, por meio de financiamento para projetos que atendam às necessidades culturais regionais, com ampliação de recursos federais e abertura de editais para disponibilização de infraestrutura de criação, produção, difusão/distribuição e consumo/fruição de bens e serviços criativos em municípios de pequeno porte, com projetos específicos para municípios com até 50.000 mil habitantes.

Proposta 4.25. Novos mecanismos de fomento, financiamento e benefício fiscal para produtores culturais e empreendimentos criativos.

Aprimorar e criar novos mecanismos de fomento, financiamento e benefício fiscal, nos âmbitos federal, estadual, distrital e municipal, destinado aos produtores culturais e empreendimentos criativos, desburocratizando o

processo e promovendo a valorização e circulação de bens e serviços culturais e criativos no Brasil e no exterior, garantindo a participação de Arranjos Produtivos Locais (APLs), assim como linhas facilitadas de crédito e microcrédito para trabalhadores da área da cultura e a distribuição de prêmio, via editais para os diversos setores criativos de acordo com critérios de regionalização da cultura, para que todos possam participar destes de forma equitativa.

Proposta 4.32. **Regime de tributação Simples.**

Possibilitar que produtores artístico-culturais, empreendedores criativos, bem como atividades culturais relacionadas aos povos indígenas, comunidades tradicionais, grupos de imigração, cooperativas de cultura e as criações culturais e funcionais, possam usufruir dos benefícios do regime de tributação Simples, dentro das Micro e Pequenas Empresas e dos Microempreendedores Individuais, reduzindo a carga tributária sobre estas atividades, sendo inseridas no Cadastro Nacional de Atividades Econômicas.

Proposta 4.34. **Reconhecimento de profissões artísticas e práticas culturais criativas.**

Reconhecer, formalizar e regulamentar as profissões artísticas e as práticas e atividades culturais criativas, garantindo os direitos trabalhistas, previdenciários e benefícios fiscais aos profissionais do setor, de forma desburocratizada, estimulando a ampliação do Cadastro Brasileiro de Ocupações, em todas as esferas do poder público.





Vem ai o Encontro Cultural da Juventude

O ano de 2014 já vai começar com discussão e mobilização para tratar de políticas culturais para a juventude.

A ministra da Cultura, Marta Suplicy, anunciou na cerimônia de abertura da III Conferência Nacional de Cultura (III CNC), que o Ministério da Cultura (MinC) vai realizar o primeiro Encontro Cultural da Juventude, no primeiro bimestre.

Para dar início ao planejamento desse evento, a III CNC promoveu uma oficina comandada pela pedagoga Marisa Greeb –referência em psicodrama no Brasil – com apoio pedagógico de Paloma Klisys. Foi um exercício de sociopsicodrama, técnica que estimula a reação em grupo.

Greeb provocou os participantes, buscando engajamento para que fizessem reflexões e daí surgissem propostas para o debate sobre o que a juventude quer.

A conselheira Nacional de Políticas Culturais e representante da sociedade civil, Marty Cuesta Telles de Conti, 59 anos, participou da oficina e aprovou a dinâmica. “O jovem deve ter espaço para expressar seus anseios. Só assim se sentirá ator do desenvolvimento pessoal, econômico e local”, afirmou, avaliando que o Encontro da Juventude será um momento especial para esse envolvimento no planejamento de políticas culturais.





MinC promove Conferência Virtual e atinge 16 milhões de internautas

O Ministério da Cultura (MinC) lançou uma plataforma digital para servir de termômetro sobre as propostas que seriam discutidas durante a III Conferência Nacional de Cultura (III CNC). A Conferência Virtual garantiria um espaço para a participação prévia de integrantes das delegações estaduais e público em geral.

Isso foi possível a partir de uma plataforma de dados criada pela Coordenação de Cultura Digital do MinC, considerada referência nacional em área de governança participativa. A ferramenta chamada Consulta Pública vem sendo desenvolvida e aperfeiçoada desde 2009, tendo sido utilizada para grandes eventos de mobilização nacional, como nas discussões do Marco Civil da Internet, proposto pelo Ministério da Justiça em 2010.

O ambiente virtual, no caso da III CNC, também tinha por objetivo ser usado para a troca de informações de todos os delegados, convidados e observadores da Conferência. Os participantes puderam conhecer a proposta de metodologia de mediação que seria empregada nos dias do encontro nacional.

Redes Sociais - Mais de 16 milhões de pessoas foram alcançadas no Twitter, a partir da hashtag #IIICNC. Houve mais de 200 mil visualizações no Flickr e mais de 800 mil conteúdos postados falando sobre a Conferência. Entre estes vídeos, fotos e textos.



ACOMPANHE O MINISTÉRIO DA CULTURA TAMBÉM NAS REDES SOCIAIS



@[culturagovbr](#)



[facebook.com/ministeriodacultura](#)



[flickr.com/ministeriodacultura](#)



[youtube.com/ministeriodacultura](#)

III Conferência Nacional de Cultura



BRASIL

cultura.gov.br